
ORIENTAÇÕES PARA A RECUPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

**AO LONGO DO
ANO LETIVO DE 2020/2021**



Ficha Técnica

Título

Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens
ao Longo do Ano Letivo de 2020/2021

Autor

Ministério da Educação

Desenho gráfico e paginação

Modocromia – Dinis Lourenço

Data

Agosto de 2020



Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao Longo do Ano Letivo de 2020/2021

Este roteiro constitui-se como um apoio às escolas na planificação do ano letivo 2020/2021. O contexto de pandemia que atravessamos obriga-nos a planear um ano letivo marcado pela incerteza, mas informado pela experiência do terceiro período do ano letivo anterior.

Todos estamos conscientes de que a pandemia e o confinamento agravaram desigualdades sociais, que já constituíam o maior desafio para o sistema educativo. Sabemos também que houve aprendizagens que não se desenvolveram e alunos que tiveram menos capacidade de acompanhar os seus colegas. Sabemos também que esta crise impacta noutras dimensões críticas para o sucesso escolar: os alunos ficaram mais longe uns dos outros, há mais instabilidade em muitas famílias por via da crise económica. Por tudo isto, o ano letivo 2020/2021 conviverá com desafios antigos, desafios novos e desafios que não antecipamos ainda.

É neste contexto que o Governo promove várias medidas de apoio e recuperação das aprendizagens: uma concentração em medidas promotoras de bem-estar no regresso à escola, um olhar dirigido a prioridades nas aprendizagens, alargamento e criação de novos apoios para os alunos, formas de organização das escolas em diferentes regimes.

Este roteiro constitui-se como material de apoio, expõe conceitos, mas faz-se acompanhar de vários exemplos, nenhum com carácter prescritivo, todos como instrumentos para apoiar as escolas numa partilha de reflexão e de soluções encontradas.

Será, sem dúvida, um ano em que todos precisamos de todos e em que, quanto mais as escolas comunicarem entre si e com o Ministério da Educação, mais respostas iremos encontrando neste contexto tão complexo.

O profissionalismo dos professores foi grande numa transição de emergência em março de 2020. A capacidade de organização das escolas e a boa cooperação das famílias foram as chaves para os casos de maior sucesso. É com este mesmo empenho que todos nos posicionamos para darmos a melhor resposta aos alunos a quem nenhum vírus pode retirar o direito à educação.



ÍNDICE

- 1. Contextualização | 5**
- 2. Bem-estar socioemocional no regresso à escola | 6**
- 3. Currículo e aprendizagem | 9**
 - 3.1. Ano letivo 2020/2021: prioridades para as aprendizagens | 9**
 - 3.2. Dimensões curriculares estruturantes para a progressão na aprendizagem | 11**
 - 3.2.1. Perfil dos Alunos | 11**
 - 3.2.2. Aprendizagens Essenciais | 15**
 - 3.2.3. Gestão e operacionalização do currículo para a recuperação/consolidação das aprendizagens | 20**
 - 3.2.4. Avaliação para as aprendizagens | 26**
- 4. Organização da escola | 28**
 - 4.1. Regimes do processo do ensino e aprendizagem | 28**
 - 4.2. (Re)organização da escola | 37**
 - 4.3. Biblioteca Escolar | 41**
- 5. Estruturas e dinâmicas de acompanhamento para a recuperação das aprendizagens | 44**
 - 5.1. Tutoria | 44**
 - 5.2. Mentoria | 46**
 - 5.3. O papel da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Inclusão (EMAEI) | 48**
- 6. Avaliação externa | 50**
- 7. Referências bibliográficas | 51**



1 | CONTEXTUALIZAÇÃO

Educação em tempos de pandemia

Face à suspensão das atividades letivas presenciais, iniciada em 16 de março de 2020, decorrente da situação epidemiológica, as escolas reequacionaram os modos de ensinar e de aprender no contexto de um Plano de E@D, com o objetivo de assegurar que todos os alunos continuassem a aprender a partir das suas casas.

Para tal, a autonomia das escolas assumiu particular relevância e especial significado, enquanto condição essencial para que fosse possível definir e concretizar as respostas que considerassem mais adequadas às especificidades das suas comunidades educativas. Garantir o acesso equitativo às aprendizagens por parte de todos os alunos fora do espaço físico escolar, com base num diagnóstico das diferentes necessidades dos seus alunos, tornou-se, pois, o desígnio dos professores, corporizando a importante função social da escola neste contexto particular. Para este efeito, foram disponibilizados pelas escolas planos de trabalho, integrando aulas síncronas e atividades guiadas de trabalho autónomo, foram emitidos blocos pedagógicos através da televisão, foram entregues em casa dos alunos propostas de atividades, sempre com acompanhamento dos professores.

Da experiência adquirida, verificou-se, contudo, que nem sempre foi possível que todos os alunos desenvolvessem aprendizagens bem-sucedidas. Apesar dos vários modos como a escola, em tempos de pandemia, operacionalizou a intenção de chegar a todos os alunos, acentuaram-se as desigualdades sociais no acesso ao currículo e à aprendizagem, por motivos vários. As situações de dificuldade no acesso às tecnologias digitais, o tipo de acompanhamento de que dispunham em casa, a insuficiente autonomia e autorregulação, a faixa etária em que se encontravam, entre outras, limitaram ou mesmo impediram as aprendizagens, reduzindo o sucesso educativo de alguns alunos. Importa, assim, que no ano letivo de 2020/2021 se equacione, desde logo, a recuperação das aprendizagens não realizadas/consolidadas no ano letivo anterior, bem como se redefinam estratégias de ação que permitam chegar a todos os alunos, a partir de um diagnóstico preciso e através do desenvolvimento da escola como um ecossistema de aprendizagem, quer se trate de um contexto presencial, misto ou não presencial.

Para apoiar as escolas neste trabalho, o presente documento integra orientações tendo em vista o desenvolvimento de aspetos centrais para a recuperação ou a consolidação das aprendizagens, no ano letivo de 2020/2021, ilustrados com exemplos adequados ao atual contexto. As orientações que se apresentam têm por base os documentos curriculares – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PA) e as *Aprendizagens Essenciais* (AE), as AE dos *Cursos Profissionais* e dos *Cursos Artísticos Especializados*, bem como a *Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho*.



2 | BEM-ESTAR SOCIOEMOCIONAL NO REGRESSO À ESCOLA

No momento de regresso à escola, após um longo período de confinamento, importa assegurar a criação de ambientes seguros e de apoio que promovam o bem-estar socioemocional, a segurança, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem.

O modo como se realizará o acolhimento aos alunos no início do ano letivo 2020/2021 será determinante para o sucesso da sua (re)integração no espaço físico e social da escola. Regressar às aulas presenciais e à socialização em presença, após um período de distanciamento físico, adquire agora novos significados. Neste contexto de nova consciência social, o desenvolvimento da dimensão fundamental da empatia ganha centralidade ao nível das decisões a tomar e das iniciativas ou atividades a desenvolver na escola. É, deste modo, importante estimular no aluno a capacidade de se colocar na perspetiva dos outros, de reconhecer a escola e a comunidade escolar como recursos e fontes de apoio, bem como de desenvolvimento pessoal e social.

Neste âmbito, devem ser desenvolvidas estratégias de organização escolar e atividades que promovam:

- O sentimento de pertença à turma e à escola;
- A partilha de experiências durante o confinamento;
- A reflexão sobre a nova realidade da escola;
- O sentimento de segurança;
- A socialização, a empatia e a colaboração;
- A ligação à comunidade.

Apresentam-se, de seguida, três exemplos de atividades que podem ser concretizadas para o desenvolvimento socioemocional dos alunos, em espaço interior ou exterior.



EXEMPLO 1 – REI OU RAINHA

Porquê? Explorar o prazer de pertencer a um grupo; os riscos de seguir cegamente o grupo, fazendo ligações a situações da vida do dia a dia.

O quê? PA – Áreas de competências: Saúde, bem-estar e ambiente; Desenvolvimento pessoal e autonomia; Relacionamento interpessoal.

Como? O docente pede às crianças ou aos alunos que, em pé, se organizem em círculo. Solicita então um voluntário ou indica alguém que não ouça a conversa inicial. Na ausência desse aluno, o docente pede um outro voluntário (o “rei ou rainha”) para comandar movimentos ou fazer gestos (ex.: bater palmas, castanholas, bater o pé no chão, etc.), os quais todo o grupo deverá imitar. Em seguida, o docente pede ao aluno escolhido para iniciar os gestos com a turma a acompanhá-lo, imitando-o. O colega que não ouviu a conversa inicial tenta adivinhar quem está a comandar os gestos do grupo. Aquele que comanda os gestos deverá mudá-los sem que o colega que entrou perceba. Quando este descobrir quem está no comando das ações, pede-se a outro colega que se ausente da sala para repetir a atividade. No final da atividade, o docente questiona os alunos se gostaram de participar e se consideram mais positiva a perspetiva de quem descobre o “rei ou rainha”, de quem é “rei ou rainha” ou do grupo.

Adaptado de *Saúde Mental em Saúde Escolar*
– *Manual para a Promoção de Competências Socioemocionais em Meio Escolar*

EXEMPLO 2 – SALVAR PALAVRAS

Porquê? Promover o sentimento de pertença à escola e ao grupo; ligação a situações do dia a dia na escola.

O quê? PA – Áreas de competências: Saúde, bem-estar e ambiente; Desenvolvimento pessoal e autonomia; Relacionamento interpessoal.

Como? O docente distribui cinco pequenos papéis a todos os elementos do grupo e começa por fazer o enquadramento da atividade: “As palavras estiveram longe da escola durante muito tempo e podem estar em risco de se perderem. Hoje, vamos ter a oportunidade de salvar aquelas que são mais importantes para nós, garantindo que se conservarão em quaisquer condições.”

Assim, o docente pede que cada aluno escreva, nos seus cinco papéis, as cinco palavras que pretende salvar (uma em cada papel). De seguida, convida todo o grupo a entregar quatro das palavras que escreveu a quatro colegas diferentes para que estes as guardem e conservem no tempo, deixando uma consigo, por ser ele o melhor guardião.

Quando todos os elementos do grupo fizerem a entrega das quatro palavras, o docente convida as crianças ou os alunos a partilhar o que sentiram e quais as dificuldades com que se depararam, bem como a explorar o porquê das escolhas efetuadas por cada um: se gostaram mais de receber ou de as oferecer, se ficaram surpreendidos por alguma palavra que receberam. Explora igualmente as questões: Que critérios usamos para distinguir o que para nós é essencial. Que palavra não entregaram e porquê?

Posteriormente, podem expor na sala ou publicar num espaço digital criado pela/para a turma as palavras que cada aluno salvou.

Adaptado de *Saúde Mental em Saúde Escolar*
– *Manual para a Promoção de Competências Socioemocionais em Meio Escolar*



EXEMPLO 3 – CHUVA DE IDEIAS SOBRE O ENSINO / APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA

Porquê? A partilha da experiência de cada aluno relativamente ao período de E@D permitirá fazer o levantamento das dificuldades durante as atividades não presenciais. Essa partilha permite reconstituir memórias próprias, através do desenvolvimento de explicações que deem um sentido a acontecimentos passados.

A sistematização das conclusões, através de uma chuva de ideias, possibilita a identificação de diferentes grupos de alunos em diferentes situações, que poderão orientar a diversificação de estratégias a definir.

O quê? **PA** – Áreas de competências: Desenvolvimento pessoal e autonomia, Relacionamento interpessoal.

Como? O professor coloca o desafio ao grupo-turma, lançando um conjunto de questões de partida orientadoras da reflexão dos alunos, como, por exemplo: quais os aspetos positivos e negativos do ensino a distância, quais os tipos de tarefas em que tiveram mais dificuldades, quais as ferramentas digitais utilizadas que consideraram mais ou menos úteis, o que poderia ser melhorado, que estratégias adotar face à possibilidade de um novo período de ensino a distância, que sugestões de melhoria. A chuva de ideias é acompanhada do debate das contribuições dos alunos. No final, o professor fará uma síntese dos aspetos principais reveladores da experiência dos alunos. Essas conclusões poderão ser partilhadas em conselho de turma, de modo a que as mesmas possam ser consideradas, pelos restantes professores, na melhoria dos processos de ensino, de avaliação e de aprendizagem, permitindo definir quais as melhores estratégias a utilizar para a recuperação/consolidação das aprendizagens. Permitirá, ainda, que os alunos desenvolvam a comunicação, o espírito crítico e a capacidade de argumentação.

Em alternativa, esta atividade poderá ser concretizada através da construção de narrativas escritas individuais com análise de conteúdo posterior.

O professor solicita a cada aluno a elaboração de uma narrativa escrita pessoal na qual apresente o que foi a sua experiência enquanto aluno na modalidade de ensino a distância. Deverá apresentar a estrutura pretendida e disponibilizar um conjunto de questões de partida que ajudem o aluno a refletir sobre os objetivos da proposta de trabalho e a iniciar a tarefa.

A partilha permite refletir colaborativamente sobre acontecimentos que afetaram diretamente a vida pessoal, neste caso dos alunos.

Adaptado de <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/A.-Morais-H.-Batoreo-1.pdf>



3 | CURRÍCULO E APRENDIZAGEM

3.1. Ano letivo 2020/2021: prioridades para as aprendizagens

O início do ano letivo de 2020/2021 irá assumir-se para a maioria dos alunos como um regresso ao espaço físico escolar, às rotinas de aprendizagem e à socialização em presença, após um longo período de isolamento e num contexto social e económico pautado pela instabilidade.

De forma a diluir as situações de desigualdade geradas no contexto de ensino a distância, as escolas deverão delinear um Plano de Atuação para a recuperação/consolidação das aprendizagens. Apesar de nortear o desenvolvimento do ensino ao longo do ano letivo de 2020/2021, o Plano de Atuação deverá integrar atividades a serem desenvolvidas de modo mais intensivo nas primeiras semanas de aulas, tendo as escolas a possibilidade de gerir de modo mais flexível o currículo, adotando respostas organizacionais, curriculares e pedagógicas específicas, com vista ao sucesso e à inclusão de todos os alunos. Importa promover a transição para as aprendizagens subsequentes, numa lógica de continuidade, progressão e complexificação crescente, salvaguardando-se a sequencialidade do processo de ensino, de avaliação e de aprendizagem.

QUE PLANO DE ATUAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO / CONSOLIDAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ANO LETIVO DE 2020 / 2021?

Porquê? Garantir a igualdade e a equidade no acesso ao currículo por parte de todos os alunos, tendo por base o trabalho realizado com cada aluno no ano letivo 2019/2020.

Para quem? Todos os alunos, em particular os que tiveram maiores dificuldades de contacto e de acompanhamento das atividades promovidas pela escola, no ano letivo 2019/2020.

O quê? Possibilidade de gerir de modo mais flexível o currículo, adotando respostas organizacionais, curriculares e pedagógicas específicas.

Quando? De forma mais intensiva, nas primeiras 5 semanas de aulas. De forma contínua, ao longo do ano letivo, em articulação com outros Programas ou Planos (Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE); Plano Nacional de Leitura (PNL); Plano Nacional das Artes (PNA); Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP); etc.).

Como? No exercício da sua autonomia, as escolas devem conceber um Plano de Atuação para o ano letivo de 2020/2021, que assegure a transição para o ensino presencial e que atenda aos seguintes aspetos:

A – Acolher os alunos

A promoção do bem-estar socioemocional dos alunos e dos professores deverá ser entendida como fulcral para o restabelecimento do sentimento de pertença ao grupo e à escola, para o desenvolvimento da sensação de segurança no espaço escolar e para a socialização com os pares, aspetos essenciais ao sucesso das aprendizagens.

B – Identificar conhecimentos, capacidades e atitudes impeditivos de progressão

As escolas deverão identificar o conjunto de conhecimentos, capacidades e atitudes não abordados ou não consolidados por parte dos alunos, considerados indispensáveis, relevantes e significativos em cada área disciplinar/disciplina/módulo/UFCD, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação. Trata-se da identificação das aprendizagens não concretizadas que possam vir a impedir o aluno de progredir. Esta identificação é realizada a dois níveis: no departamento curricular/grupo disciplinar ou pelo professor titular/conselho de turma.

C – Alinhar as respostas organizacionais, curriculares e pedagógicas com as situações diagnosticadas e em função de cada contexto

Na tomada de decisão sobre o Plano de Atuação para 2020-2021, devem ser considerados:

- a faixa etária dos alunos;
- o ano de escolaridade/de formação;
- as disciplinas/áreas disciplinares/módulo/UFCD em causa;
- as metodologias a desenvolver, bem como os espaços e o tempo a usar;
- as necessidades dos alunos e dos professores;
- os recursos disponíveis.

D – Mobilizar a escola enquanto ecossistema de aprendizagem

A intencionalidade do Plano de Atuação deverá ser partilhada por todos os intervenientes da comunidade escolar. Deste modo, ao apropriarem-se deste propósito comum, todos se sentirão como peças-chave no desenvolvimento de um ecossistema de aprendizagem em cada escola, independentemente dos modos como o ensino se encontrar organizado.



3.2. Dimensões curriculares estruturantes para a progressão na aprendizagem

Ao delinear o Plano de Atuação para a recuperação/consolidação das aprendizagens, será importante que a escola repense a organização do currículo, em função daquilo que foram os diferentes percursos dos alunos durante o E@D. Para tal, deverão ser concebidos mecanismos de identificação das áreas de competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA)* e das *Aprendizagens Essenciais (AE)/Aprendizagens Essenciais (AE- CAE/CP)* necessárias ao desenvolvimento de futuras aprendizagens. No caso dos Cursos Profissionais, este trabalho incidirá igualmente sobre os Referenciais de Formação associados às qualificações que integram o *Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)* e os Referenciais de Competências ou Perfil Profissional associado à respetiva qualificação do CNQ.

A recuperação das aprendizagens de cada aluno ou grupo de alunos deverá focalizar-se no que é estruturante para garantir o sucesso educativo, devendo haver lugar a uma seleção criteriosa das aprendizagens não realizadas e/ou das competências não desenvolvidas em cada disciplina/módulo/UFCD e que se assumem como fundamentais, para que cada aluno tenha acesso ao currículo do ano de escolaridade em que se encontra.

Paralelamente, deverá ser efetuado um diagnóstico das competências digitais dos alunos, bem como dos recursos tecnológicos digitais que têm ao seu dispor, com apoio de registos disponíveis na escola ou recorrendo a informação facultada pelo professor titular/diretor de turma/coordenador de equipa educativa ou pelas famílias dos alunos.

Com base na informação recolhida, cada professor titular, conselho de turma ou equipa educativa deverá adequar as medidas de recuperação às necessidades individuais dos alunos, evitando a sua aplicação padronizada. O PA e as AE norteiam o desenvolvimento deste trabalho, enquanto documentos curriculares de referência para a planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem.

3.2.1. Perfil dos Alunos

Neste contexto de recuperação, adquire particular relevância o desenvolvimento do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA)*, porquanto se assume como ferramenta facilitadora do acesso ao currículo em cada disciplina/módulo/UFCD¹.

Destacam-se algumas áreas de competências do PA particularmente relevantes neste contexto, ilustradas com exemplos de atividades. Deverão ser também consideradas² as competências de autorreflexão, de gestão eficaz do tempo e da informação, de trabalho colaborativo construtivo, de resiliência, de gestão das aprendizagens e do percurso profissional futuro.

Ao longo do documento, serão apresentados outros exemplos de atividades que visam o desenvolvimento das áreas de competências do PA.

¹ Unidade de Formação de Curta Duração

² <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/competenciasessenciaislv2006.pdf>

DESCRITORES
OPERATIVOS

Na área de competências informação e comunicação, poderão ser desenvolvidas atividades em que se promove a exposição de produções textuais elaboradas pelos alunos e construídas a partir de experiências pessoais e ou ficcionadas.

Os alunos pesquisam sobre matérias escolares e temas do seu interesse. Recorrem à informação disponível em fontes documentais físicas e digitais – em redes sociais, na Internet, nos media, livros, revistas, jornais. Avaliam e validam a informação recolhida, cruzando diferentes fontes, para testar a sua credibilidade. Organizam a informação recolhida de acordo com um plano, com vista à elaboração e à apresentação de um novo produto ou experiência. Desenvolvem estes procedimentos de forma crítica e autónoma.

Os alunos apresentam e explicam conceitos em grupos, apresentam ideias e projetos diante de audiências reais, presencialmente ou a distância. Expõem o trabalho resultante das pesquisas feitas, de acordo com os objetivos definidos, junto de diferentes públicos, concretizado em produtos discursivos, textuais, audiovisuais e/ou multimédia, respeitando as regras próprias de cada ambiente.

DESCRITORES
OPERATIVOS

Ao nível da **área do bem-estar, saúde e ambiente,** poderão ser dinamizados projetos que permitam aos alunos desenvolver uma responsabilidade crescente para cuidarem de si, dos outros e do ambiente e para se integrarem ativamente na sociedade.

Os alunos são responsáveis e estão conscientes de que os seus atos e as suas decisões afetam a sua saúde, o seu bem-estar e o ambiente. Assumem uma crescente responsabilidade para cuidarem de si, dos outros e do ambiente e para se integrarem ativamente na sociedade.

Os alunos fazem escolhas que contribuem para a sua segurança e a das comunidades onde estão inseridos. Estão conscientes da importância da construção de um futuro sustentável e envolvem-se em projetos de cidadania ativa.

Figura 2

EXEMPLO 4 – TROCADO POR MIÚDOS

Porquê? Face à elevada exposição das crianças e dos jovens adolescentes a conteúdos noticiosos sobre a pandemia, promovendo uma alteração das rotinas de conversação em família e no grupo de amigos, é fundamental a consciencialização dos alunos para o impacto da doença na sociedade e para as medidas a adotar para minimizar os seus efeitos.

O quê? O desenvolvimento das competências de análise e comunicação da informação específica sobre a temática em análise pretende que os alunos sejam agentes promotores de uma mudança de mentalidade perante as medidas a adotar, para evitar a disseminação e o contágio da doença. Um discurso modelado em função da faixa etária dos interlocutores, mas assente na clareza e na simplicidade dos conceitos, pode ser um fator diferenciador no desenvolvimento do conhecimento e das competências a adquirir, mitigando o efeito do receio perante o vírus. Neste âmbito, podem ser mobilizados diferentes géneros textuais, conceitos da(s) Biologia/Ciências Naturais (vírus, higiene, ...), entre outros.

Como? Apresentando de forma detalhada a informação sobre os hábitos e as rotinas a desenvolver nos diferentes espaços escolares ou dinamizando o trabalho entre pares na pesquisa, apresentação e exposição das boas práticas a adotar. Por exemplo, a definição conjunta de um “contrato” a estabelecer entre professores, alunos e assistentes operacionais sobre os direitos, os deveres e as regras gerais a adotar nos diferentes espaços da escola pode ser uma estratégia de disseminação do código de conduta a adotar por todos os intervenientes.

Adaptado de https://www.ordemdos psicologos.pt/ficheiros/documentos/covid_19_crianças_.pdf

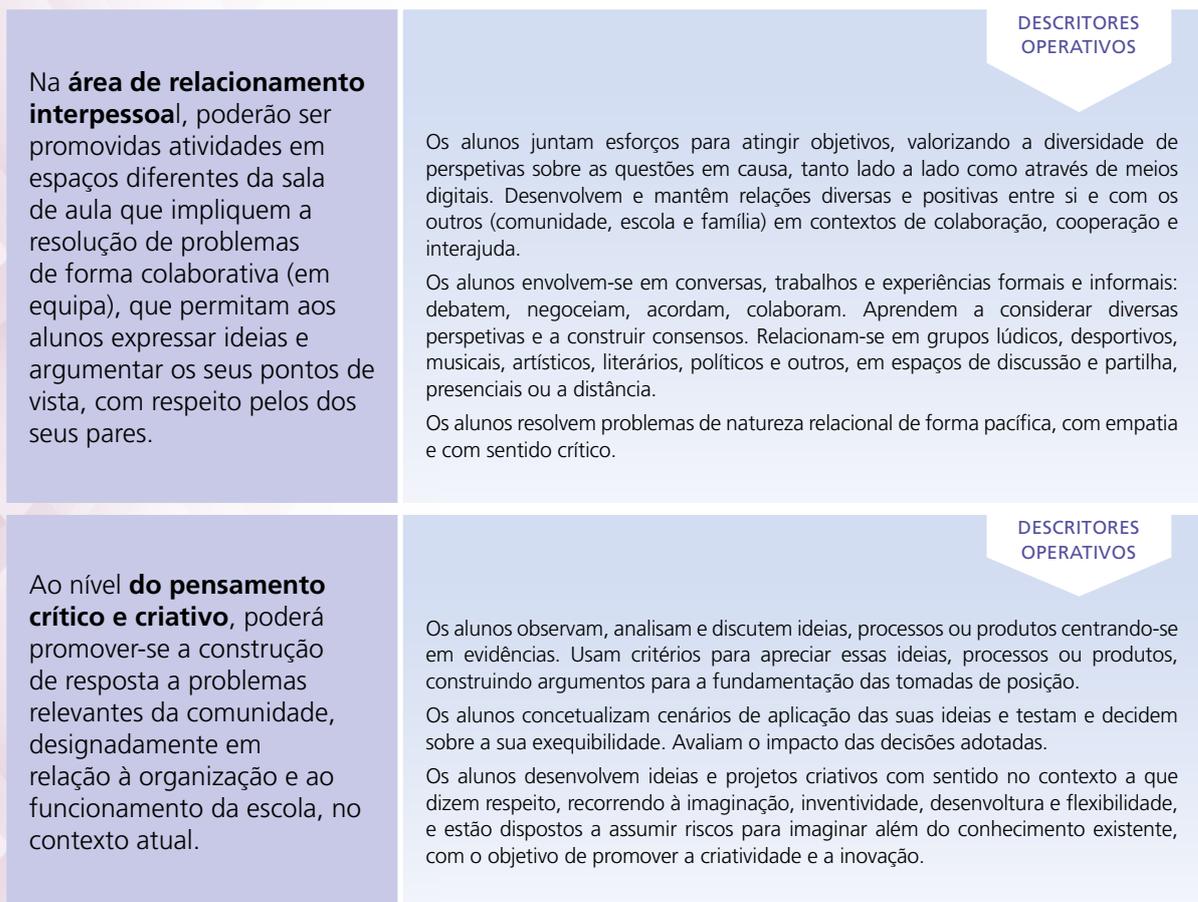


Figura 3

EXEMPLO 5 – MUDA OS TEUS ÓCULOS

Porquê? Sensibilizar os alunos para diferentes pontos de vista sobre a situação atual, promovendo a empatia.

O quê? Valorizar a diversidade de perspetivas sobre as questões em causa. Desenvolver e manter relações diversas e positivas entre si e com os outros, em contexto de colaboração, cooperação e interajuda. Desenvolver o espírito crítico e criativo, estimulando e facilitando o debate entre alunos através do trabalho cooperativo. Mobilizar diferentes períodos da história em que houve situações pandémicas, ligando-os à evolução tecnológica, artística, entre outras.

Como? Atribuir aos alunos um determinado papel: cientista, profissional de saúde ou do ensino, jornalista, operário, empresário, artista, político, entre outros. Atribuir aos alunos as funções de moderador e de gestor do tempo. Os alunos assumem e defendem um ponto de vista sobre um determinado assunto, recorrendo ao poder de argumentação.

Adaptado de: *Compass – Manual de Educação para os Direitos Humanos com jovens*

EXEMPLO 6 – THE DAILY MILE (“Milha Diária”)

Porquê? Após o isolamento e com as orientações vigentes de se manter um distanciamento social apropriado, as nossas crianças e jovens tendem a praticar menos atividade física e desportiva e a estar cada vez mais dependentes da *internet* com os comportamentos sedentários a ela associados. É, por isso, urgente redescobrirem o gosto e o prazer pela atividade física desportiva, usufruindo dos seus benefícios para a saúde e o bem-estar, os quais são físicos, refletindo-se, de igual modo ao nível emocional, social e mental.

O quê? *The Daily Mile* é uma atividade cumulativa à lecionação da Educação Física, ao tempo de lazer no recreio (brincar/conviver) e às atividades físicas complementares. Esta iniciativa de cariz desportivo e social pretende que as crianças e jovens corram ou caminhem rapidamente ao ar livre e com os seus amigos, adequando o esforço a realizar às suas capacidades. Com o objetivo de manter um esforço contínuo (a caminhar ou a correr) durante 15 minutos, as crianças e jovens são convidados a “interromperem” a sua rotina escolar diária através desta “pausa” ativa. O desenvolvimento de hábitos que promovam a quebra do sedentarismo instalado é conducente ao desenvolvimento de um estilo de vida saudável e fisicamente ativo.

Área de competências do PA: Desenvolvimento pessoal e autonomia.
ENEC³: Promover a saúde, alimentação saudável e a prática do exercício físico.

Como? Este projeto leva as crianças e jovens todos os dias, em tempo letivo, para fora da sala de aula durante 15 minutos, para correrem ou caminharem rapidamente, cada um no seu próprio ritmo, com os seus colegas, melhorando a sua condição física e a sua saúde e, ao mesmo tempo, ajudando à concentração quando regressam para a sala de aula. *The Daily Mile* é divertido e fácil de implementar. As crianças e jovens divertem-se e participam com entusiasmo. No quadro do desenvolvimento deste projeto, poderá fazer-se a ligação à construção de mapas, ao conhecimento das instituições locais, à elaboração de roteiros, entre outros.

<https://www.thedailymile.pt/>

³ Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

EXEMPLO 7 – COMO A COVID-19 INTERFERIU COM A SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE?

Porquê? Proporcionar aos alunos a oportunidade de mobilizarem competências e conhecimentos científicos e tecnológicos vários, através de uma situação-problema relacionada com o contexto pandémico atual. Esta atividade irá permitir ainda trabalhar as Aprendizagens Essenciais Transversais previstas para as disciplinas de Biologia e de Biologia e Geologia dos Cursos Profissionais.

O quê? Leitura de uma notícia complementada com o visionamento de um pequeno vídeo que inclui diferentes perspetivas sobre os efeitos no ambiente da situação pandémica atual. A título meramente indicativo, sugerem-se no final dois *links* para consulta.

Como? Após a apresentação da situação-problema, os alunos, organizados em grupos, deverão apresentar hipóteses de resposta à questão inicial, no sentido de cobrirem a vertente das emissões de dióxido de carbono e da produção de resíduos sólidos descartáveis.

De seguida, deverão realizar pesquisa de informação cientificamente credível que permita avaliar as hipóteses em questão. Cada grupo estruturará o seu trabalho, por exemplo, na forma de um pequeno artigo científico, de modo a divulgá-lo junto dos seus pares.

O professor deverá promover um debate em torno dos trabalhos apresentados, onde, com recurso a argumentação cientificamente fundamentada, os alunos deverão defender os seus pontos de vista e as propostas de atuação.

Propõe-se, em alternativa, a elaboração de um folheto/brochura que dê a conhecer as conclusões de cada grupo sobre como é que a pandemia interferiu no meio ambiente. Quer o artigo científico, quer o folheto/brochura poderão ser divulgados à comunidade educativa.

Esta atividade pode assumir caráter interdisciplinar, mobilizando aprendizagens de várias disciplinas.

<https://pt.euronews.com/2020/06/25/mascaras-e-luvas-a-nova-poluicao-dos-oceanos>
<https://observador.pt/2020/07/10/a-covid-19-veio-salvar-o-planeta-ou-nem-por-isso/>

3.2.2. Aprendizagens Essenciais

Para a recuperação das Aprendizagens Essenciais / Aprendizagens Essenciais (CAE e CP) não realizadas/consolidadas, deverá ter-se por referência os conteúdos de conhecimento disciplinar relevantes e significativos para o desenvolvimento das aprendizagens futuras, em cada disciplina/módulo/UFCD, na sua especificidade e na articulação horizontal. Nesse sentido, a seleção dessas aprendizagens não deverá ser feita numa lógica de adição de conteúdos, mas na definição do que é estruturante para a aquisição de novas aprendizagens. A cada departamento e/ou grupo disciplinar caberá, pois, através de um trabalho colaborativo, identificar para cada ano de escolaridade as aprendizagens que, quando não realizadas, inviabilizam a progressão. Trata-se da identificação das aprendizagens do ano anterior que se afiguram como necessárias ao desenvolvimento de novas aprendizagens do ano atual e que, por isso, possam vir a impedir o aluno de progredir.



A título exemplificativo, identificam-se algumas das AE consideradas relevantes para progressão dos alunos nas(os) disciplinas/módulos/UFCD em causa. Os documentos curriculares Aprendizagens Essenciais apresentam sugestões de Ações Estratégicas de Ensino, que, estando em consonância com as aprendizagens essenciais elencadas, explicitam a sua relação com os descritores do PA. Estas ações estratégicas poderão constituir um ponto de partida para a elaboração de outras que se considerem mais adequadas face às características e necessidades da turma/individuais dos alunos, integrando o desenvolvimento das áreas de competências do PA nas(os) respetivas disciplinas/módulos/UFCD.

EXEMPLO 8 – COMUNICAR A ESCREVER – Português 6.º ano

Para quem? Aluno/grupo de alunos de 6.º ano de escolaridade.

O quê? **AE:** Português do 5.º ano – Escrever textos organizados em parágrafos, de acordo com o género textual que convém à finalidade comunicativa (texto de características expositivas e texto de opinião; notícia; carta; *e-mail*).

Áreas de competências do PA: Linguagens e textos; Informação e comunicação.

Porquê? Com a mudança repentina para o E@D, poderá não ter sido desenvolvida a AE de Português do 5.º ano supramencionada, essencial ao desenvolvimento da AE de Português do 6.º ano – Intervir em blogues e em fóruns, por meio de textos adequados ao género e à situação de comunicação.

EXEMPLO 9 – A EUROPA: EVOLUÇÃO POLÍTICA – História 8.º ano

Para quem? Aluno/grupo de alunos de 8.º ano de escolaridade.

O quê? **AE:** História 7.º ano – Explicar a passagem da realidade imperial romana para a fragmentada realidade medieval.

Área de competências do PA: Linguagens e Textos – Os alunos compreendem e interpretam factos, quer oralmente, quer por escrito.

Porquê? As AE de 8.º ano da disciplina de História centram-se no continente europeu, entre os séculos XV e XIX. A compreensão e interpretação de factos são necessárias para a continuação do sucesso na disciplina.

EXEMPLO 10 – EQUAÇÕES DE 1.º GRAU A UMA INCÓGNITA – Matemática 8.º ano

Para quem? Aluno/grupo de alunos de 8.º ano de escolaridade.

O quê? **AE:** Reconhecer, interpretar e resolver equações do 1.º grau a uma incógnita (sem denominadores) e usá-las para representar situações em contextos matemáticos e não matemáticos.

Área de competências do PA: Saber científico, técnico e tecnológico – Os alunos executam operações técnicas, segundo uma metodologia de trabalho adequada.

Porquê? No 8.º ano, os alunos têm de reconhecer, interpretar e resolver equações do 1.º grau e do 2.º grau, incompletas, a uma incógnita e usá-las para representar situações em contextos matemáticos e não matemáticos. Têm ainda de resolver sistemas de equações do 1.º grau a duas incógnitas, e interpretar graficamente a sua solução.

**EXEMPLO 11 – ESCRITA – Português 2.º ano**

Para quem? Alunos/grupo de alunos de 2.º ano de escolaridade.

O quê? **AE:** Escrever corretamente palavras com todos os tipos de sílabas, com utilização correta dos acentos gráficos e do til.

Áreas de Competências do PA: Linguagens e textos, Informação e comunicação.

Porquê? Para que os alunos do 2.º ano de escolaridade continuem o processo de consolidação, de desenvolvimento e compreensão da linguagem escrita, desenvolvendo a apropriação progressiva da dimensão gráfica, ortográfica e compositiva desta.

EXEMPLO 12 – BIODIVERSIDADE – Biologia e Geologia 10.º ano

Para quem? Aluno/grupo de alunos de 11.º ano de escolaridade.

O quê? **AE:** Biologia e Geologia 10.º ano – Caracterizar biomoléculas (prótidos, glícidos, lípidos, ácidos nucleicos) com base em aspetos químicos e funcionais (nomeadamente a função enzimática das proteínas), mobilizando conhecimentos de Química (grupos funcionais, nomenclatura).

Área de competências do PA: Saber científico, técnico e tecnológico.

Porquê? O conhecimento prévio da constituição das proteínas e a sua importância no metabolismo celular, bem como a constituição de pormenor dos ácidos nucleicos, são fundamentais na aquisição das AE de 11.º ano no domínio do Crescimento, Renovação e Diferenciação Celular – Síntese proteica.

**EXEMPLO 13 – ELEMENTOS QUÍMICOS E SUA ORGANIZAÇÃO
– Física e Química A 10.º ano**

Para quem? Aluno/grupo de alunos de 10.º ano de escolaridade.

O quê? **AE:** Físico-Química do 9.º ano – Relacionar a constituição de átomos e seus isótopos. Relacionar a distribuição eletrónica dos átomos dos elementos com a sua posição na TP.

Área de competências do PA: Saber científico, técnico e tecnológico.

Porquê? As AE da componente de Química do 9.º ano centram-se na estrutura atómica; Tabela Periódica e ligação química. A mobilização destes conhecimentos é fundamental para enquadrar as novas aprendizagens do 10.º ano.

Nos Cursos Profissionais, as/os disciplinas/módulos integram simultaneamente o plano de estudos de múltiplos cursos profissionais com Referenciais de Competências ou Perfis Profissionais diferentes.

As AE por disciplina/módulo deverão ser analisadas em sede de departamento curricular, fazendo posteriormente a concertação em conselho de turma.

Apresenta-se um exemplo relativo ao curso profissional Técnico/a de Termalismo, a título indicativo.

EXEMPLO 14 – CURSO PROFISSIONAL – Técnico / a de Termalismo Módulo A1: Diversidade e Unidade Biológica – Biologia (100h)

Para quem? Aluno/grupo de alunos do 2.º ano da disciplina no ciclo de formação

O quê? Organizador: A célula – unidade estrutural e funcional dos seres vivos

AED – Reconhecer a célula como unidade estrutural e funcional de todos os seres vivos

AED – Distinguir tipos de células com base em aspetos de ultraestrutura e de dimensão: células procarióticas/eucarióticas e células animais/vegetais

Porquê? O conhecimento prévio da constituição das células e a sua importância enquanto unidades estruturais e funcionais dos seres vivos (Módulo A1: Diversidade e unidade biológica) é fundamental na aquisição de AE do 2.º ano de Biologia dos módulos A4 e A5, nomeadamente:

MÓDULO A4 – Renovação Celular

Organizador: Ciclo Celular

AED: Explicar o ciclo celular e a sequência de acontecimentos que caracterizam a interfase, a mitose e a citocinese em células animais e vegetais

MÓDULO A5 – Evolução e Classificação

Organizador: – Unicelularidade e Multicelularidade

AED – Distinguir seres procariontes de eucariontes e coloniais de multicelulares, enfatizando aspetos relacionados com o respetivo grau de complexidade

Organizador: – Classificação de Seres Vivos

AED – Caracterizar o sistema de classificação de Whittaker modificado, reconhecendo que existem sistemas mais recentes, nomeadamente o que prevê a delimitação de domínios (Eukaria, Archaeobacteria e Eubacteria).

Área de competências do PA: Saber científico, técnico e tecnológico



EXEMPLO 15 – CURSO PROFISSIONAL – Técnico / a de Termalismo UFCD “Anatomia – Sistemas” (50 horas)

Para quem? Aluno/grupo de alunos da UFCD “Anatomia – Sistemas”

O quê? AE da disciplina de Ciências Naturais do 9.º ano de escolaridade relacionadas com a morfologia e fisiologia dos sistemas de órgãos do corpo humano

Porquê? O conhecimento prévio relacionado com as Aprendizagens Essenciais de Domínio relativas ao Tema Organizador “Viver Melhor na Terra”, abordadas no 9.º ano de escolaridade da disciplina de Ciências Naturais, são fundamentais para o desenvolvimento da UFCD “Anatomia – Sistemas”, que tem os seguintes objetivos:

- Identificar a estrutura anatómica dos aparelhos respiratório, cardíaco, digestivo, genitourinário, sistema nervoso central e sistema endócrino.
- Caracterizar os sistemas e identificar as respetivas funções.
- **Área de competências do PA:** Saber científico, técnico e tecnológico

3.2.3. Gestão e operacionalização do currículo para a recuperação / consolidação das aprendizagens

No quadro da autonomia e flexibilidade curricular concedida às escolas no sentido de poderem definir as respostas educativas mais adequadas à promoção do sucesso escolar dos seus alunos, importa, no ano letivo de 2020/2021 e atendendo à situação anterior de confinamento, equacionar a possibilidade de organizarem percursos individualizados que permitam configurar diferentes grupos de alunos na sala de aula ou noutros espaços de aprendizagem.

Para esta gestão individualizada do currículo com vista à recuperação das aprendizagens, os professores devem atender às necessidades de cada aluno e privilegiar metodologias de aprendizagem diversificadas, promotoras da autonomia e da colaboração entre professor-aluno e entre alunos.

A cada professor titular/conselho de turma/equipa educativa caberá definir os percursos individualizados de aprendizagem, construídos a partir da identificação das AE e/ou das competências não realizadas/consolidadas por cada um dos alunos, bem como de outra informação relevante facultada pelas famílias sobre as experiências no ensino a distância dos seus educandos.

Percursos Individualizados de Aprendizagem

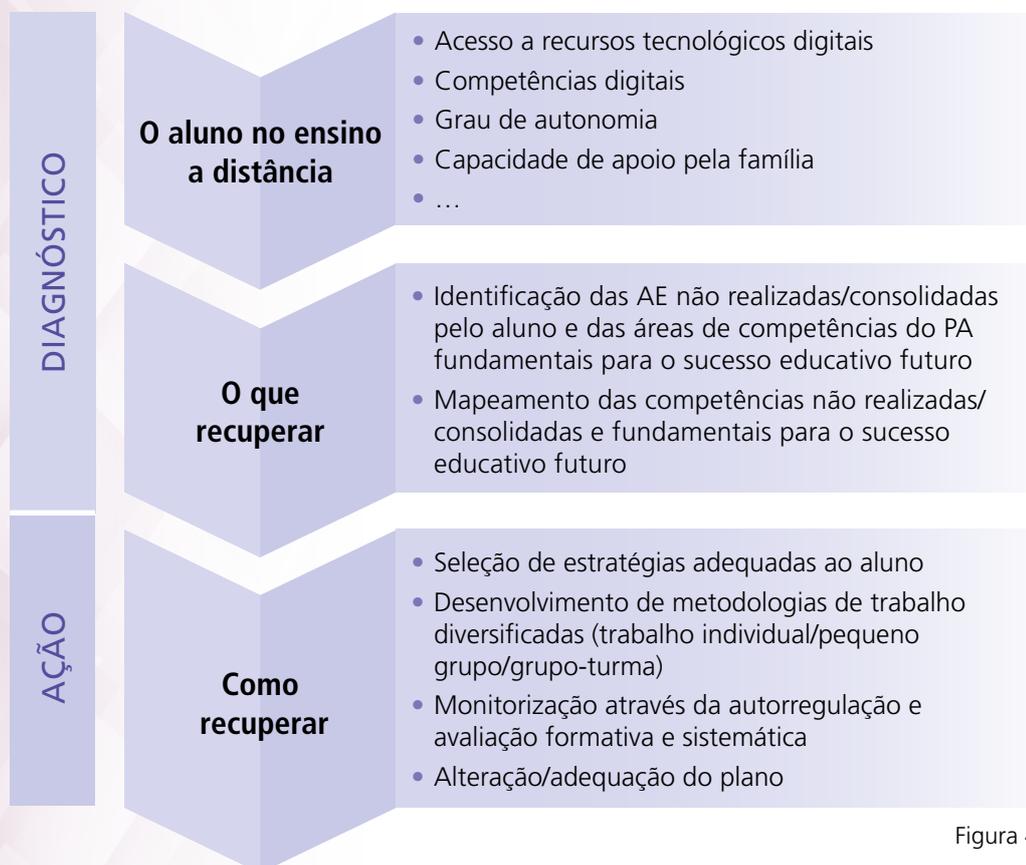


Figura 4

Neste contexto de recuperação, é importante que **os percursos individualizados de aprendizagem** integrem as AE articuladas com **as áreas de competências do PA** que as complementam e enriquecem.

No caso dos Cursos Profissionais, a suspensão das atividades letivas presenciais impediu a realização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT), que permite a socialização e o treino que a escola/ensino a distância não conseguem assegurar. Como tal, deverá ser dada prioridade à realização desta formação em contexto real, recuperando assim atividades que são fundamentais para potenciar a ligação da escola à comunidade e o desenvolvimento das competências exigíveis à inserção dos alunos no mercado de trabalho.

No caso dos alunos dos Cursos Profissionais:

- Revisitar as alterações que foram feitas ao plano de formação inicialmente estabelecido (por exemplo, nos casos em que ocorreram trocas de módulos de um ano para outro do ciclo de formação);
- Aferir a situação dos alunos da turma relativamente à Formação em Contexto de Trabalho (FCT): se são turmas do 2.º ano ou do 3.º ano do curso; se vão iniciar a FCT pela 1.ª vez ou esta foi interrompida no ano anterior; se foi concluída em prática simulada e há necessidade de reforçar atividades em regime presencial, na escola ou na entidade de acolhimento, entre outras.

Figura 5

Nos casos em que a FCT não foi concluída, deve o seu orientador, em articulação com o diretor de curso, solicitar a colaboração do tutor da entidade de acolhimento, para, juntamente com a colaboração dos restantes professores e formadores do curso, proceder-se à revisão do plano de trabalho dos alunos e à definição e planificação das atividades a desenvolver.

Para a concretização dos percursos individualizados de aprendizagem ou outros, poderão ser convocadas diferentes abordagens curriculares, disciplinares e interdisciplinares, que fomentem uma participação ativa do aluno, tornando-o protagonista da sua aprendizagem/formação.

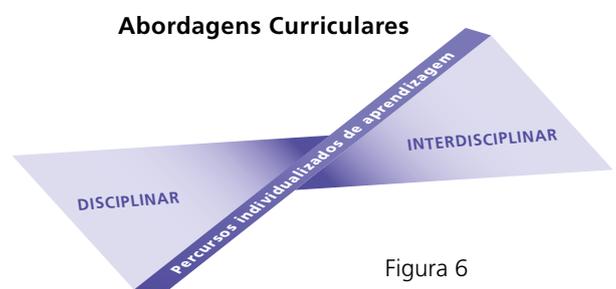


Figura 6



Destaca-se abaixo exemplo de atividade desenvolvida no âmbito disciplinar.

EXEMPLO 16 – DIAGRAMA EM CAULE-E-FOLHAS

(5.º ano) em ambiente da Sala de Aula Invertida

Porquê? Saber usar múltiplas representações é um aspeto estruturante e relevante da aprendizagem matemática. Os alunos aprendem a representar dados em Diagrama em Caule-e-folhas, nos dois últimos anos do 1.º ciclo e ampliam o seu conhecimento no 5.º ano.

O quê? Os alunos devem mobilizar o seu conhecimento prévio sobre representações, no contexto do tema Organização e Tratamento de Dados, pelo que se organiza uma sequência de aprendizagem, seguindo a abordagem *Sala de Aula Invertida*. Esta coloca o aluno no centro da sua própria aprendizagem, assumindo o compromisso da realização autónoma, sem a presença do professor, de tarefas que tradicionalmente são associadas à sala de aula.

Como? Os recursos da sequência de aprendizagem são colocados numa plataforma *online*, à qual os alunos podem aceder em casa ou na biblioteca escolar. Para a representação Diagrama em Caule-e-folhas, o recurso é o vídeo **Mat3e4 – Aula 13** do projeto *Estudo em Casa*. A aula presencial seguinte é iniciada com uma discussão coletiva sobre as tarefas resolvidas naquele vídeo, sendo os alunos estimulados pelo professor a identificar e a esclarecer as suas possíveis dúvidas. Posteriormente, os alunos resolvem, individualmente ou em grupo, um conjunto de problemas que envolvem a representação abordada.

Adicionalmente, os alunos podem ser estimulados a mobilizarem as aprendizagens de várias(os) disciplinas/módulos/UFCD com um determinado propósito, por exemplo, através de tarefas centradas em questões-problema, estudos de caso, projetos, entre outros. Pretende-se, pois, que a articulação curricular confira mais significado e sentido à aprendizagem e que, assim, contribua para que sejam mais facilmente atingidos os objetivos do processo de recuperação em desenvolvimento.

Destacam-se abaixo exemplos de atividades desenvolvidas no âmbito de duas ou mais disciplinas/módulos.

EXEMPLO 17 – DANÇA (EM *LINE DANCE*) OU AERÓBICA Educação Física – 2.º e 3.º CEB e ES

Porquê? O desenvolvimento de conteúdos alternativos que facilmente são adequados à realidade imposta e que concorrem para o desenvolvimento de novas competências ou para consolidar ou aprofundar competências já adquiridas.

O quê? Valorização de manifestações culturais das comunidades (Dança) e participação autónoma nas atividades rítmicas expressivas propostas, consciencializando-se das possibilidades criativas oferecidas e promovendo a melhoria dos índices de aptidão física associados à sua prática regular. Para este trabalho, convocam-se as áreas de competência do PA, os domínios da ENEC e as AE de Educação Física.

Como? Respeitando a diversidade cultural que a Dança oferece e promovendo a aprendizagem das suas diferentes expressões (Dança, Danças Tradicionais e Danças Sociais), a escolha dos conteúdos a lecionar deve promover a exploração individual do movimento, em função dos níveis de proficiência dos alunos envolvidos. Os conhecimentos associados à Aeróbica constituem-se como uma matéria alternativa que, face ao contexto desportivo em vigor, deve assumir-se como uma atividade física a abordar de forma transversal aos diferentes níveis de ensino.

EXEMPLO 18 – EMENTAS PARA A VIDA

Porquê? Face à situação de confinamento social experienciado e à eventualidade de esta poder vir a ocorrer novamente num futuro próximo, é importante reforçar o desenvolvimento de conhecimentos e de competências que suscitem a adoção de hábitos promotores da qualidade de vida, no que à saúde diz respeito.

O quê? A adoção de comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar, designadamente ao nível dos hábitos quotidianos no que respeita à alimentação, ao consumo e à prática de exercício físico, é uma competência que deve ser aprofundada. Trata-se de garantir que os alunos desenvolvem uma crescente responsabilidade para cuidarem de si e dos outros e que se integram ativamente na sociedade, tornando-se mais responsáveis e conscientes dos seus atos e das suas decisões.

Como? A melhoria dos aspetos relacionados com a saúde, o bem-estar e o ambiente deve mobilizar um conjunto de conhecimentos curriculares devidamente contextualizados e interdisciplinares. Por conseguinte, o fomento de um Domínio de Autonomia Curricular (DAC) que envolva áreas de competências do PA, domínios da ENEC e Aprendizagens Essenciais de Educação Física e de Ciências Naturais pode traduzir-se numa mais-valia formativa para os alunos, quando se trata da recuperação/consolidação de aprendizagens.

EXEMPLO 19 – CIDADANIA EM AÇÃO

Porquê? Em situação de E@D, os alunos dos vários ciclos de ensino, em isolamento social, foram confrontados com insuficiente participação em atividades promotoras de análise e discussão de ideias, de construção de consensos, competências de cidadania ativa.

O quê? Estimular a consciência, a análise, o debate de problemas/constrangimentos afetos à comunidade onde estão inseridos. Mobilizar conteúdos das AE de diferentes disciplinas, nos diferentes níveis de ensino. Argumentar e defender pontos de vista. Conciliar diferentes opiniões e construir consensos.

Áreas de competências do PA: Informação e comunicação; Pensamento crítico e pensamento criativo; Desenvolvimento Pessoal e autonomia; Saber científico, técnico e tecnologias.

Como? Recorrendo a inquéritos, publicações *online*/suporte físico, os grupos de alunos irão identificar situações-problema do quotidiano da sua comunidade (ex.: “equipamento urbano”, “transportes”, “biodiversidade”, “poluição fluvial”, “incêndios”, etc.). Pesquisa das soluções encontradas (Câmara Municipal, *sites* de instituições, jornais, etc.) e subsequente apreciação crítica e/ou apresentação de outras possíveis abordagens/soluções para os problemas identificados. Apresentação pública das conclusões através da criação de um espaço digital (blogue, jornal, etc.) ou de um suporte físico (*flyer*, jornal escolar, etc.).

EXEMPLO 20 – DOMÍNIOS DE AUTONOMIA CURRICULAR (DAC)

Porquê? Promover as aprendizagens significativas e o desenvolvimento das áreas de competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

O quê? Articulação curricular contextualizada, tendo por referência as AE de 2 ou mais disciplinas e o PA.

Como? Trabalho interdisciplinar e colaborativo, colocando os alunos no papel de protagonistas do seu percurso de aprendizagem.

<https://www.youtube.com/watch?v=hzaV-j6RY40&t=38s> “Lógica Bivalente” (Filosofia e Matemática A – 10.º ano; PA; ENEC)

<https://www.youtube.com/watch?v=dHScOWImAnw&feature=youtu.be> “Media and Technology” (TIC e Inglês – 8.º ano; PA; ENEC)

<https://youtu.be/kp03y65lw0g> – “A Água” (Português, Ciências Naturais, HGP, Educação Física – 5.º ano; PA; ENEC)

<https://afc.dge.mec.pt/praga-de-lagostins-no-baixo-vouga>, “Praga de Lagostins no Baixo Vouga” – Escola Secundária de Estarreja.



EXEMPLO 21 – DOMÍNIO DE AUTONOMIA CURRICULAR (DAC) num curso profissional

Porquê? Promover aprendizagens significativas e o desenvolvimento das áreas de competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, através de atividades decorrentes do Referencial de Competências ou Perfil Profissional, e que não foram desenvolvidas durante o período de ensino a distância.

O quê? Articulação curricular contextualizada que deverá envolver, pelo menos, as AE de 2 ou mais disciplinas/módulos, bem como conteúdos e objetivos de UFCD, de forma a potenciar a capacidade de pesquisa, relação e análise de informação e o desenvolvimento de trabalho prático e/ou experimental.

Como? Trabalho interdisciplinar e colaborativo, colocando os alunos como protagonistas do seu percurso de aprendizagem.

Exemplo: Curso Profissional Técnico/a de Termalismo

Realizar uma visita de estudo ou frequentar *workshops* promovidos numa estância termal/*resort* de águas termais na área geográfica da escola, para elaboração de um projeto de pesquisa e contribuição do termalismo para a promoção da saúde e do bem-estar.

Sendo expectável que, no mesmo grupo de alunos, haja diferentes graus de apropriação das aprendizagens, **o trabalho cooperativo** entre discentes afigura-se como uma boa estratégia para todos aprenderem ou consolidarem aprendizagens. O trabalho cooperativo poderá igualmente contribuir para desenvolver algumas das áreas de competências do PA.

APRENDIZAGEM COOPERATIVA

Porquê? O trabalho cooperativo facilita o processo de aprendizagem e desenvolve várias competências de relacionamento interpessoal. Estas competências serão importantes para o desenvolvimento de novas aprendizagens, para motivação dos alunos, e para a construção ou consolidação de conhecimento/desenvolvimento de outras competências.

O quê? Organização de trabalho colaborativo/cooperativo; cada aluno é responsável pela sua aprendizagem e pela aprendizagem de todos.

AE: Desenvolvimento de competências de investigação, aquisição de conhecimentos, trabalhar em equipa, desenvolver processos conducentes à construção de produtos e de conhecimento.

Área de competências do PA: Relacionamento Interpessoal.

Como? Organização da informação:

- a. Resposta a perguntas concretas (cada aluno responde e depois explica a sua resposta ao outro);
- b. Comparação de apontamentos;
- c. Correção de trabalhos;
- d. Leitura partilhada (aluno A lê e aluno B resume);
- e. Escrita cooperativa (aluno A apresenta as suas ideias escritas previamente ao aluno B e este tira apontamentos, faz perguntas e sugestões e depois trocam-se os papéis; de seguida, apresentam a outro par);
- f. Recapitulação do apreendido (para concluir uma aula, pares de alunos fazem uma síntese);
- g. Exposição e debate sobre dúvidas (durante uma explicação, cada par de alunos expõe possíveis dúvidas);
- h. Debate de conteúdos.

Figura 7

3.2.4. Avaliação para as aprendizagens

A identificação das aprendizagens a recuperar/consolidar, que se afiguram como determinantes para o desenvolvimento de novas aprendizagens do ano atual, deverá envolver os alunos, sempre que possível, em todo o processo de ensino e de aprendizagem. Neste âmbito, o *feedback* constante e sistemático aos alunos quanto ao seu desempenho permitirá um acompanhamento efetivo das suas aprendizagens, bem como a criação de um ambiente propício ao seu bem-estar social e emocional, aumentando a sua autoestima e confiança.

Para tal, o percurso individualizado de aprendizagem de cada aluno deverá prever momentos de ponto de situação que lhe permitam situar-se perante as aprendizagens já desenvolvidas, ainda a desenvolver ou a consolidar. Neste contexto, a avaliação é entendida como um processo integrado no desenvolvimento do currículo, que tem como objetivo central ajudar os alunos a aprender melhor, conferindo-lhes um papel central em todo o processo.



REGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O que se quer avaliar?	Refletir sobre a recuperação/consolidação das aprendizagens.
Como avaliar?	O aluno reflete sobre como está a decorrer o seu trabalho, as dificuldades que tem e como poderá fazer para as ultrapassar. – O que era suposto fazer? O que já fez? O que me falta fazer? Que dificuldades estou a ter e como as posso ultrapassar?
Quem avalia?	Aluno (autoavaliação), Professor.
Com que normas se avalia?	Autoavaliação (se faz a sua autoavaliação justificando o que fez/não fez). Autorregulação (se indica estratégias com vista a superar as suas dificuldades).
Como se comunicam os resultados?	<i>Feedback</i> pelo professor, dando informações aos alunos sobre como podem melhorar, e incentivando-os a superarem as suas dificuldades. Se necessário, mobilizar outros intervenientes (comunicação escola-família).

Adaptado Roteiro *Princípios Orientadores para a Avaliação Pedagógica em Ensino a Distância (E@D)*

Figura 8

4 | ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

4.1. Regimes do processo do ensino e aprendizagem

Face ao contexto atual, no ano letivo 2020/2021, são considerados três regimes do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se o presencial o regime regra. A transição para o regime misto e para o regime não presencial ocorre apenas mediante autorização da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que decide, após ser ouvida a autoridade de saúde competente (cf. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020**, de 20 de julho).

Independentemente do regime que se encontrar em funcionamento, as escolas deverão garantir a concretização do Plano de Atuação definido para a recuperação/consolidação das aprendizagens. Adicionalmente, a experiência adquirida no ano letivo de 2019/2020 ao nível da utilização das tecnologias digitais poderá ser colocada ao serviço do Plano de Atuação, como forma de diversificação de estratégias e de metodologias de ensino.

Exemplos de ferramentas e de plataformas e respetivas potencialidades

- a. *Canva* (apresentações, *flyers*, infográficos);
- b. *Discord* (gravação);
- c. *eTwinning* (plataforma de trabalho colaborativo – permite a operacionalização dos domínios de autonomia curricular);
- d. Ferramentas da *Google* e *Microsoft* (edição partilhada de textos, apresentações, cálculos);
- e. *Genial.ly* (apresentações, infográficos, cartazes, jogos);
- f. *Google Earth* (ferramenta de localização);
- g. *Joomag*, *Calaméo*, *Storyjumper* (criação de apresentações digitais);
- h. *Mentimeter* (apresentações interativas e/ou sistema de recolha de respostas/opiniões);
- i. *Milage Aprender +* (aplicação para dispositivos móveis que promove aprendizagens autónomas);
- j. *Padlet*, *Wakelet* (escrita colaborativa, apresentação/discussão de ideias, votação, avaliação, organização de planos de trabalho);
- k. *Plasq*, *StoryJumper* (apresentações, banda desenhada);
- l. Plataforma de aprendizagem *online*, definida pelo Agrupamento/Escola não agrupada (espaço de suporte à aprendizagem);
- m. *Popplet*, *Meidmester*, *Bubbl.us* (construção de mapas mentais);
- n. *Socrative*, *Plickers*, *Kahoot*, *Quizizz* (sistemas de recolha de respostas);
- o. *Tricider* (apresentação/discussão de ideias, avaliação);
- p. *Wordcloud*, *WordArt* (chuva de ideias);
- q. *Zoom*, *Meet*, *Teams*, *Edx*, *Webex* (ferramentas de comunicação síncrona).

Obs.: Para a ferramenta *Plickers*, os alunos não necessitam de ter um dispositivo móvel; para além desta listagem, recomenda-se a consulta da página <https://apoioescolas.dge.mec.pt/Recursos>

Regime Presencial

“Regime presencial, aquele em que o processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido num contexto em que alunos e docentes estão em contacto direto, encontrando-se fisicamente no mesmo local;”

(cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho)

No ano letivo 2020/2021, com a presença de todos os alunos nas escolas, deve privilegiar-se um trabalho coadjuvado pelas plataformas digitais, com vista a uma progressiva autonomia por parte dos discentes. A utilização de plataformas digitais, devidamente organizadas, mesmo em regimes presenciais, tem um comprovado potencial promotor de trabalho colaborativo. Em sala de aula, poder-se-á igualmente recorrer a ferramentas digitais que privilegiem a interação e a colaboração.

Regime Misto

“Regime misto, aquele em que o processo de ensino e aprendizagem combina atividades presenciais com sessões síncronas e com trabalho autónomo;”

(cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho)

Na necessidade de transição para um regime misto do processo do ensino e aprendizagem, que garanta a consecução do Plano de Atuação, deverão ser previstas sessões de trabalho a distância que, preferencialmente, fomentem o trabalho colaborativo entre os alunos, através da utilização de ferramentas digitais (cf. Roteiro *8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas*).

Regime misto com libertação de tempo para trabalho síncrono e autónomo

Semanário prevendo trabalho síncrono e autónomo de articulação curricular

2.ª feira	3.ª feira	4.ª feira	5.ª feira	6.ª feira
Português	Francês		Francês	
Inglês	História	Trabalho síncrono e autónomo:	Português	Trabalho síncrono e autónomo:
Geografia	Matemática	Semana 1 articula	Matemática	Semana 1 articula
Matemática	Inglês	AE de Português, História, CD e EF	Ed. Física	AE de Português, História, CD e EF
TIC/ET (CEA)	FQ	Semana 2 articula	Ed. Física	Semana 2 articula
		AE de Português, Geografia, CN, FQ e TIC	FQ	AE de Português, Geografia, CN, FQ e TIC
			EV	

Figura 10

Tendo por referência o exemplo anterior, mantêm-se em atividades presenciais os alunos beneficiários identificados pela escola, em risco ou perigo, sinalizados pelas comissões de proteção de crianças e jovens, e aqueles para os quais a escola considere ineficaz a aplicação dos regimes misto e não presencial ou para outros alunos que, por razões diversas, tenham de permanecer

na escola. Neste caso, professores tutores, em estreita ligação com o professor titular/conselho de turma, ficarão responsáveis pela garantia do apoio e acompanhamento destes alunos, no que diz respeito às atividades letivas.

Regime misto com libertação de tempo para trabalho síncrono e autónomo

Curso Profissional de Técnico de Operações Turísticas

2.ª feira	3.ª feira	4.ª feira	5.ª feira	6.ª feira
Economia	Trabalho síncrono e autónomo Semana 1 articula AE de Português, CD e Inglês Semana 2 articula AE de Matemática, Geografia e Economia	Português	Português	Trabalho síncrono e autónomo Semana 1 articula AE de Português, CD e Inglês Semana 2 articula AE de Matemática, Geografia e Economia
Inglês		Matemática	Geografia	
Matemática		Inglês	Ed. Física	
Mentoria		Componente de Formação Tecnológica	Componente de Formação Tecnológica	
Tutoria		Ed. Física		

Figura 11

Organização de um horário de um Curso Profissional cuja metodologia assenta no trabalho de projeto (exemplo disponibilizado por uma Escola Profissional)

	2.ª feira	3.ª feira	4.ª feira	5.ª feira	6.ª feira
8:30 – 9:00					
9:00 – 9:30					
9:30 – 10:00	Mat	Port	EF	TIC	
10:00 – 10:30					
10:30 – 11:00	EC	EC		EC	ÁREA PROJETO
11:00 – 11:30					
11:30 – 12:00	TIC	Mat	ÁREA PROJETO		
12:00 – 12:30				Ing	
12:30 – 13:00	Ing				
13:00 – 13:30					
13:30 – 14:00		ÁREA PROJETO			
14:00 – 14:30					
14:30 – 15:00					Port
15:00 – 15:30					
15:30 – 16:00					Mentoria
16:00 – 16:30					
16:30 – 17:00					

Figura 12



Regime não presencial

“Regime não presencial, aquele em que o processo de ensino e aprendizagem ocorre em ambiente virtual, com separação física entre os intervenientes, designadamente docentes e alunos;”

(cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho)

No ano letivo de 2020/2021, as escolas deverão estar preparadas para transitarem entre o regime presencial e o regime não presencial, de forma não disruptiva. Deste modo, o Plano de Atuação para a recuperação/consolidação das aprendizagens deverá integrar possibilidades de trabalho no regime não presencial.

Neste contexto, deverá ser privilegiado o trabalho autónomo dos alunos realizado nas sessões assíncronas, através do acesso a recursos disponibilizados na plataforma de aprendizagem online da escola. Paralelamente, deverão ser disponibilizadas ferramentas de comunicação seguras que permitem estabelecer interação entre alunos e entre alunos e professores. Nas sessões síncronas, os alunos apresentam questões sobre o trabalho em curso e interagem diretamente com os professores e com os colegas, mantendo os laços com a escola (cf. **ponto 5 do Roteiro 8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas**).

No quadro do atual contexto educativo, assume particular relevância o desenvolvimento do **trabalho autónomo** por parte dos alunos. Salientam-se abaixo alguns aspetos a considerar aquando da preparação, realização e avaliação de atividades de trabalho autónomo.

Também neste regime deve ser previsto o trabalho presencial com os grupos identificados anteriormente.



TRABALHO AUTÓNOMO

O que é? Aquele que é definido pelo docente e realizado pelo aluno sem a presença ou intervenção daquele. Corresponde ao percurso de aprendizagem definido para cada aluno, tendo em vista a aquisição de determinados conhecimentos, o desenvolvimento de competências e/ou a realização de um conjunto de tarefas, de forma autónoma.

Porquê? Visa promover a autonomia do aluno no papel de protagonista da sua aprendizagem, adequando-se aos diferentes regimes do processo de ensino e aprendizagem em funcionamento (presencial/misto/não presencial).

Onde? Pode ser realizado dentro ou fora do espaço escolar.

Como? O guião individual de trabalho inclui:

- Diagnóstico das necessidades dos alunos (a realizar pelo aluno e pelo professor);
- Apresentação da intencionalidade do trabalho a realizar, identificando-o;
- Orientações para a sua realização, através da definição das etapas de desenvolvimento do trabalho e da metodologia a seguir (definir etapas de complexidade crescente, adequadas à faixa etária dos alunos; lançar desafios de aprendizagem, promover o desenvolvimento de projetos; estimular a curiosidade e interesse do aluno pelo trabalho proposto; promover a colaboração entre alunos);
- Identificação dos recursos de apoio;
- Possibilidade de sistematização da informação obtida, incluindo tarefas como resumir, entender, relacionar, concluir, etc., fomentando a aplicação ou transferência de processos cognitivos em novos cenários e contextos;
- Apresentação de momentos de autoavaliação/heteroavaliação (monitorização das aprendizagens através de tarefas de autocorreção; criação de tempos de regulação das aprendizagens, proporcionando aos alunos tempos de reflexão acerca da sua aprendizagem e tempos para interação com os colegas e com o professor; cf. exemplo *infra*).

Apresentação de modos de organização/arquivo/partilha do trabalho realizado e responsabilidades assumidas pelo aluno (criação de tempos de comunicação, permitindo-lhes a apresentação dos seus trabalhos, dando sentido social às suas aprendizagens).

Figura 13

EXEMPLO 22 – GUIÃO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Diagnóstico Tarefas a realizar definidas pelo aluno (com a colaboração do professor) Autoavaliação e avaliação do trabalho realizado por parte do professor	
Diagnóstico:	Autoavaliação
<p>Tenho ainda dificuldades em:</p> <p><input type="checkbox"/> Compreender o que os meus amigos dizem</p> <p><input type="checkbox"/> Compreender o que ouço na televisão</p> <p><input type="checkbox"/> Compreender o que leio na rua</p> <p><input type="checkbox"/> Compreender o que leio na escola</p> <p><input type="checkbox"/> Participar numa conversa com os meus amigos</p> <p><input type="checkbox"/> Escrever frases</p> <p><input type="checkbox"/> Escrever textos</p>	<p><input type="checkbox"/> Fazer um resumo</p> <p><input type="checkbox"/> Conjuguar verbos</p> <p><input type="checkbox"/> Utilizar os pronomes</p> <p><input type="checkbox"/> Escrever corretamente as palavras</p> <p><input type="checkbox"/> Compreender o sentido das palavras</p> <p><input type="checkbox"/> Pontuar um texto</p> <p><input type="checkbox"/> Outras dificuldades:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
	<p>O que consegui fazer sozinho(a):</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>O que consegui fazer com ajuda:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>O que tive dificuldades em fazer:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>O que não fui capaz de fazer:</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
Tarefas a realizar:	Opinião do professor:
<p>Tendo em conta as minhas dificuldades, pretendo realizar as seguintes tarefas:</p> <p><input type="checkbox"/> Ler um livro</p> <p><input type="checkbox"/> Ler um jornal ou uma revista</p> <p><input type="checkbox"/> Ver um programa de televisão</p> <p><input type="checkbox"/> Escrever um texto</p> <p><input type="checkbox"/> Fazer uma ficha de gramática</p> <p><input type="checkbox"/> Vou trabalhar o(s) seguinte(s) guião(ões):</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><input type="checkbox"/> Responder a perguntas sobre um texto</p> <p><input type="checkbox"/> Fazer um resumo</p> <p><input type="checkbox"/> Procurar significados no dicionário</p> <p><input type="checkbox"/> Preparar uma apresentação oral</p> <p><input type="checkbox"/> Outra tarefa:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
	<p><input type="checkbox"/> O(a) aluno(a) cumpriu as tarefas propostas</p> <p><input type="checkbox"/> Cumpriu parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> Não cumpriu</p> <p><input type="checkbox"/> O(a) aluno(a) cumpriu o prazo acordado</p> <p><input type="checkbox"/> O(a) aluno(a) foi autónomo(a)</p> <p>Qualidade do trabalho realizado:</p> <p>_____</p> <p>Sugestões de trabalho futuro e aspetos a melhorar:</p> <p>_____</p> <p>_____</p>



EXEMPLO 23 – CONSTRUÇÃO DE TRIÂNGULOS (5.º E 7.º ANOS) EM AMBIENTE DE TRABALHO AUTÔNOMO apoiado pela plataforma Hypatiamat, fora da sala de aula

Porquê? Saber construir figuras no plano é uma das aprendizagens estruturantes do ensino básico, no âmbito do tema Geometria e Medida. No 5.º ano, um dos subtemas diz respeito à construção de triângulos. No 7.º ano, um dos subtemas diz respeito à semelhança de triângulos, pelo que este cenário pode ser mobilizado como revisão dos conteúdos trabalhados anteriormente.

O quê? Os alunos devem saber utilizar instrumentos de medida e desenho (régua, compasso, esquadro e transferidor) na construção de triângulos, sob determinadas condições. Neste sentido, os alunos podem usar recursos digitais gratuitos indicados pelo professor, ao seu próprio ritmo e, caso necessário, de forma repetida, de modo a desenvolver confiança nas suas capacidades e conhecimentos matemáticos. Além disso, a utilização deste tipo de recursos permite ao aluno o desenvolvimento da capacidade de análise do seu próprio trabalho e de regulação da sua aprendizagem.

Como? O professor disponibiliza o *link* da plataforma Hypatiamat, à qual os alunos podem aceder através de meios informáticos disponíveis na escola ou através do seu *tablet*/telemóvel. Depois indica a resolução de três tarefas do manual sobre construção de triângulos (conhecidos os comprimentos de três lados; conhecidos o comprimento de um dos lados e as amplitudes dos ângulos adjacentes a esse lado; conhecidos os comprimentos de dois lados e a amplitude do ângulo por eles formado). A resolução destas tarefas deve ser acompanhada pelo visionamento do tutorial sobre construção de triângulos, que apresenta descrições e ilustrações dos procedimentos. Os alunos entregam o seu trabalho ao professor para verificação, pois estas construções envolvem a utilização de instrumentos de medida e desenho. Caso seja necessário, os alunos podem, numa segunda fase, melhorar a qualidade do seu trabalho, guiados pelas indicações do professor que reportam aspetos das descrições e das ilustrações do referido tutorial.

<https://www.dge.mec.pt/hypatiamat>
https://www.hypatiamat.com/quero/const_triangulos_HTML.html

TRABALHO AUTÔNOMO NOS CURSOS PROFISSIONAIS (CP)

Nos CP, o trabalho autônomo permite diversificar os contextos, os momentos e os intervenientes no processo de ensino, promovendo o comprometimento e envolvimento efetivo dos alunos no seu próprio processo de aprendizagem, criando as condições para o desenvolvimento da autonomia, capacidade de planeamento e organização e estabelecendo práticas para a adoção de comportamentos e atitudes de aprendizagem ao longo da vida.

Poderá ser realizado dentro ou fora do espaço escolar.

Pode traduzir-se na realização de um guião individual de trabalho, elaborado por professores e alunos, a partir do trabalho conjunto de diagnóstico das suas dificuldades e da definição do percurso de aprendizagem, cabendo ao aluno a gestão e concretização das tarefas. O guião de trabalho pode ter a duração semanal ou outra considerada mais adequada às características do aluno, tendo em vista o desenvolvimento do currículo fora da sala de aula.

O grau de autonomia deve ser desenvolvido progressivamente, de forma a conseguir estabelecer uma aprendizagem adequada ao ciclo formativo do aluno e também à modalidade de ensino em funcionamento na escola.

Todo o trabalho autônomo previsto e realizado deverá constar nas matrizes curriculares da respetiva turma e/ou área disciplinar, identificando claramente a % de carga horária definida em cada área disciplinar e em cada turma, em cada ano e desenvolvido através de tarefas de aprendizagem, estando claramente definidos os critérios de avaliação. As propostas de tarefas de aprendizagem e avaliação devem ser estipuladas previamente, podendo ser enriquecidas e atualizadas com a participação dos alunos, entidades parceiras estratégicas e encarregados de educação.

Guião de Aprendizagem Autónoma:

- ◆ Disciplina(s)/(módulo(s)/UFCD(s) envolvida(o)(os)
- ◆ Data em que se inicia e termina o período de trabalho autônomo e os tempos letivos envolvidos
- ◆ Nível de complexidade do trabalho autônomo (de acordo com o ano do ciclo de formação)
- ◆ Aprendizagens Essenciais/Objetivos de Aprendizagem/Competências a desenvolver:
 - competências transversais (PA e Referencial de Competências ou Perfil Profissional)
 - competências específicas da(s) área(s) disciplinar(es)
- ◆ Tarefas:
 - descrição de cada tarefa
 - tempo previsível de realização
 - definição das evidências de aprendizagem a apresentar pelo aluno (partilha digital)
 - momentos de monitorização e *feedback*
 - orientações de apoio à realização das tarefas de aprendizagem
 - avaliação

Adaptado de um guião disponibilizado por uma Escola Profissional

Figura 14



O trabalho autônomo é alicerçado na adequação dos propósitos educativos às necessidades e potencialidades de cada aluno, através da diferenciação pedagógica. Destacam-se abaixo alguns aspectos relacionados com a diferenciação pedagógica, ilustrados com um exemplo.

TRABALHO AUTÔNOMO / DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA

Porquê? Numa escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos, privilegiar o trabalho autónomo, a utilização crítica de meios de comunicação e a responsabilidade são algumas das áreas de competências ligadas ao PA que se pretendem desenvolver durante toda a escolaridade obrigatória, respeitando os ritmos de aprendizagem e desempenho de cada um e usando espaços de aprendizagem dinâmicos e motivadores.

O quê? A diferenciação pedagógica através de guiões individualizados de trabalho, com tarefas específicas, espaços dinâmicos e adaptados proporciona um ensino mais ligado às necessidades e ritmos de aprendizagem de cada aluno, promovendo o sucesso educativo pleno.

Como? https://www.youtube.com/watch?v=Kba_HeaBnMQ – Práticas de diferenciação pedagógica na sala de aula.

Figura 15



4.2. (Re)organização da escola

No quadro da sua autonomia, as escolas poderão flexibilizar as suas respostas organizacionais, curriculares e pedagógicas em função das necessidades identificadas e dos recursos disponíveis. A recuperação e consolidação das aprendizagens deve ocorrer durante todo o ano letivo, com especial incidência no período inicial de cinco semanas.

A gestão flexível do currículo neste período de recuperação poderá implicar uma organização diferente das atividades letivas, conforme exemplos que se seguem.

Em espaços diversificados, envolvendo parceiros locais, nomeadamente autarquias, clubes desportivos, teatro, etc. (privilegiar ofertas existentes na área geográfica da escola que permitam a deslocação a pé)

Educação artística	Visita a uma exposição	Galeria/Museu
Biologia	Flora	Espaço exterior da escola, aula de campo, jardins botânicos
Educação Física e Educação Rodoviária (Condição física)	Passeio de bicicleta Passeio pedonal	Paragem por vários pontos de interesse da comunidade
Educação Física	Patinagem	Clube recreativo
Português	Peça de teatro	Teatro municipal
Cidadania e Desenvolvimento	Debate/argumentação, comunicação	Assembleia da República e ou Assembleia Municipal
Bem-estar e desenvolvimento interpessoal	Piquenique	Parque, jardim da comunidade
HGP e CD	Trabalho interdisciplinar	Biblioteca Escolar
Física e Química (CP)	Articulação curricular com UFCD da componente tecnológica	Unidades industriais

Figura 16

Com a Biblioteca Escolar

Seja no âmbito de atividades curriculares em concreto, de apoios pedagógicos, do Apoio Tutorial Específico, de programas de mentoria a implementar ou de outras soluções existentes ou a criar pela escola, é possível contar com a biblioteca escolar para:

- Organizar/ promover grupos de estudo autónomo, com alunos de diferentes perfis, de forma a melhorar colaborativamente as aprendizagens;
- Disponibilizar momentos formativos (presenciais e/ou não presenciais) para pequenos grupos, com vista ao desenvolvimento de um currículo digital mínimo que permita promover competências básicas para o uso de ferramentas e de plataformas digitais;
- Criar momentos de apoio presencial ou a distância, com o objetivo de dar resposta às necessidades dos alunos no que respeita ao acesso a recursos de vária ordem;
- Promover um programa de atividades lúdicas, articuladas com conteúdos curriculares, ao serviço da melhoria das aprendizagens (por exemplo, torneios interturmas);
- Criar programas de aperfeiçoamento das competências leitoras, eventualmente com recurso a voluntariado interpares;
- Colaborar com os professores na definição e implementação de estratégias e metodologias ativas, que permitam abordar conteúdos a partir de atividades de pesquisa e/ou de gamificação e fazer diferenciação pedagógica;
- Colaborar na criação/gestão e implementação de programas de mentorias entre pares a serem desenvolvidos na biblioteca e com a supervisão de alguém da equipa (ver mais: <https://www.rbe.mec.pt/np4/2592.html>);
- Colaborar com os docentes do Apoio Pedagógico na criação/disponibilização de atividades pedagógicas diferenciadas;
- Colaborar com os docentes do Apoio Tutorial Específico e de Tutorias, apresentando propostas específicas para o desenvolvimento das tutorias, adaptadas a diferentes perfis (ver mais <https://www.rbe.mec.pt/np4/2592.html>).

Figura 17

Através de ajustamentos aos horários

Semanário para um grupo de alunos do 3.º ciclo

2.ª feira	3.ª feira	4.ª feira	5.ª feira	6.ª feira
Trabalho interdisciplinar de recuperação/consolidação de aprendizagens	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 1	Disciplina 1
	Disciplina 3	Disciplina 5	Disciplina 3	Disciplina 3
	Disciplina 4	Disciplina 3	Disciplina 2	Disciplina 2

Percursos individualizados de aprendizagem – 400 minutos: clubes de aprendizagens, ateliers, salas de estudo, laboratórios de aprendizagem, tutorias, mentorias, etc.

Manhã com 1000 minutos, tarde com 400 minutos, 100 minutos de trabalho autónomo.

Figura 18

Trabalho presencial em DAC para promoção da autonomia do aluno**Semanário prevendo 1 dia de trabalho autónomo**

2.ª feira	3.ª feira	4.ª feira	5.ª feira	6.ª feira
Português	Francês	Inglês	Francês	Trabalho autónomo: Semana 1 articula AE de Português, História, CD e EF Semana 2 articula AE de Português, Geografia, CN, FQ e TIC
Inglês	História	Matemática	Português	
Geografia	Matemática	História	Matemática	
Matemática	Inglês	CN	Ed. Física	
TIC/ET (CEA)	FQ	EV	Ed. Física	
			FQ	
			EV	

O semanário contempla 1500 minutos, correspondendo o trabalho autónomo a 400 minutos.

Figura 19

Organização de disciplinas através de tempos partilhados e redistribuição da carga horária em função das necessidades**Semanário para o 5.º ano, destinado a um grupo de alunos que necessita de reforço nas competências de Português, autonomia e literacia digital**

2.ª feira	3.ª feira	4.ª feira	5.ª feira	6.ª feira
Port. + CD		Port.	Matemática	Port.
Port. + TIC	Port.	HGP+CN	EV+ET	HGP+CN
Inglês	Matemática	Inglês	CN	Inglês
Matemática	CN	Matemática	EF	EM
EF		EM	EF	HGP

150 minutos organizados em DAC, envolvendo AE de Português, HGP, TIC, ET e EV.

O Semanário contempla 1350 minutos, fazendo-se a gestão dentro de cada componente.

Figura 20

Com eventual redistribuição da carga horária por disciplina em função das necessidades

Matriz curricular para as primeiras três semanas de aulas, destinada a um grupo de alunos do 2.º ano. O diagnóstico mostrou que é necessário reforçar as competências de leitura e de escrita.

Componentes do currículo	CD e TIC	1.ª semana	2.ª semana	3.ª semana
Português		10	9	8
Matemática		6	6	6
Estudo do Meio		1	2	3
Educação Artística/Ed. Física		5	3	2
Apoio ao Estudo		3	4	3
Oferta Complementar				

No 1.º ciclo, as aprendizagens essenciais podem e devem ser abordadas numa perspetiva interdisciplinar.

Figura 21

Com eventual redistribuição da carga horária por disciplina em função das necessidades

Semana temática das TIC

Semana temática da Educação Artística

Semana temática das *STEAM*

Semana temática do Bem-Estar

Semana temática das Línguas

Semana temática Literária

Figura 22

Trabalho por estações/laboratórios de aprendizagem

“Praga de Lagostins no Baixo Vouga” – domínio de autonomia curricular, desenvolvido na Escola Secundária de Estarreja

“Repensando a escola do século XXI” – ambientes educativos inovadores, Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva

Figura 23

As atividades de recuperação/consolidação das aprendizagens podem ainda traduzir-se nas seguintes formas de organização, com recurso designadamente ao crédito horário, e que poderão ser ajustadas ao longo do ano letivo:

Com o grupo-turma, com desdobramento de turmas ou com outro tipo de organização de alunos.

Criação de apoio ao estudo no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, destinado a todos os alunos da turma ou apenas a um grupo de alunos.

Coadjuvação

Nos Cursos Profissionais, as lógicas de coadjuvação entre docentes das componentes de formação Sociocultural e Científica e os formadores da componente de formação Tecnológica potenciam o trabalho interdisciplinar e a intersecção curricular, permitindo articular as aprendizagens de várias(os) componentes de formação/disciplinas/módulos/UFCD, que, abordadas de uma forma integrada, permitem aos alunos uma visão globalizante dos saberes.

Apoio educativo individual ou em pequeno grupo.

Figura 24

4.3. Biblioteca Escolar

Enquanto espaços agregadores de conhecimentos e recursos diversificados, as bibliotecas escolares apresentam-se como estruturas implicadas nas práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da literacia digital, da informação e dos *media*, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania. Deste modo, o seu papel na capacitação das crianças e jovens que as utilizam, formal ou informalmente, revela-se cada vez mais decisivo.

A integração, explícita e intencional, de competências nas áreas da leitura, dos *media* e da informação, em ambientes físicos ou digitais, em projetos e atividades, realizadas com e pelas bibliotecas escolares, constitui uma importante estratégia para o sucesso escolar e para o desenvolvimento pessoal e cultural dos jovens.

Assim, através dos instrumentos de que dispõem, as bibliotecas escolares dão um contributo relevante para o desenvolvimento e a consolidação de aprendizagens significativas. De igual modo, favorecem a educação inclusiva e enriquecem os contextos e as estratégias de ensino e de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento das competências essenciais ao exercício de uma cidadania plena.

Uma vez que é necessário encarar a possível existência de diferentes cenários no próximo ano letivo, deve acautelar-se a flexibilização na transição entre trabalho presencial, misto e não presencial e adaptar as várias propostas de trabalho a estas três modalidades.

Porquê?

É necessário dar sequência ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos, promovendo a melhoria contínua dos serviços prestados e reforçando o papel natural que cada biblioteca desempenha para a consecução dos objetivos da escola em que se integra.

No ano transato, face à conjuntura, revelou-se necessário que as bibliotecas redefinissem linhas de atuação, de modo a integrarem o plano de ensino a distância das suas escolas, ajustando a sua ação e o apoio prestado às necessidades. Urge agora dar continuidade ao trabalho que foi iniciado sem programação e com muito voluntarismo, consolidando-o e aperfeiçoando-o, de forma mais planificada e estruturada.

Assim, os constrangimentos levantados recentemente reforçaram a emergência de tornar as bibliotecas escolares cada vez mais híbridas, complementando os serviços prestados física e presencialmente com serviços em-linha e não presencias.

O quê?

Não invalidando o trabalho em diferentes áreas desenvolvido anualmente pelas bibliotecas, considera-se que é importante dar particular atenção aos seguintes aspetos da sua ação:

- Apoiar o desenvolvimento curricular, de forma articulada com os diferentes agentes da escola.
- Trabalhar de forma colaborativa com os docentes, implementando em equipa atividades que contribuam para garantir as aprendizagens essenciais e as diferentes dimensões da aprendizagem, com vista ao desenvolvimento das competências previstas no PA. Recorrer a metodologias ativas, considerando temas da atualidade, dando voz aos alunos e contribuindo para desenvolver capacidade crítica e interventiva.
- Promover o desenvolvimento sistemático e programado das literacias da informação e dos *media*.
- Desenhar e implementar programas para capacitar os alunos para lidar com a informação (encontrar/validar/selecionar/usar), respeitando os direitos de autor.
- Propor atividades que, de forma sistemática, contribuam para habilitar os alunos, enquanto consumidores e produtores de *media*, tornando-os aptos a interagirem com os diferentes ambientes mediáticos de forma informada, crítica e ética.
- Contribuir para a recuperação e consolidação das aprendizagens, colaborando com a escola no desenho e concretização do respetivo Plano de Atuação.
- Desenhar, em colaboração com as várias estruturas da escola, propostas de trabalho que se constituam como respostas para reduzir as desigualdades e colmatar o efeito das aprendizagens não realizadas, visando a promoção da igualdade e equidade.
- Dar continuidade a iniciativas e programas, em presença e a distância, orientados para o desenvolvimento das competências de leitura e de escrita, nas suas múltiplas dimensões.
- Continuar a desenvolver de forma articulada e contínua ações de promoção das competências e hábitos de leitura e escrita em diferentes formatos e modalidades. Assegurar que, ainda que venha a ser necessário um regime misto ou não presencial, essas ações não sejam descuradas, adaptando-se as práticas aos diferentes cenários de aprendizagem, mas mantendo-se o foco e a sistematicidade.
- Planificar e concretizar atividades, programas e projetos artísticos e culturais, em articulação com a escola, contemplando regimes presenciais e a distância e contribuindo para a consolidação de uma cultura humanista.
- Promover a valorização do património (local e global), estimular a criatividade e constituir-se como agente transformador, capaz de desenvolver o gosto por diferentes manifestações culturais e criativas, enquanto marca distintiva da humanidade.



- Consolidar um serviço de referência, ágil e capaz de responder à constante mudança, prestando apoio efetivo à comunidade educativa no acesso aos recursos físicos e digitais.
- Apoiar a comunidade educativa, definindo e divulgando modos de concretização desse apoio e formando alunos, professores e agentes educativos para um acesso eficaz aos recursos (físicos e digitais), disponibilizados pela biblioteca e/ou por outras instituições; formar para o uso de ferramentas tecnológicas potenciadoras desse acesso.
- Aperfeiçoar uma presença em linha estruturada, atualizada e sistemática, associada a uma prestação de serviços complementar à biblioteca física.
- Definir, implementar e consolidar a identidade digital, elaborando e implementando um plano que priorize o que se considera relevante: os canais a utilizar, bem como os serviços a prestar.
- Complementar a biblioteca física com uma coleção de recursos digitais relevante, fiável e ajustada, resultante de permanente curadoria.
- Pesquisar, localizar, avaliar, selecionar e partilhar conteúdos digitais relevantes para os diferentes públicos.

Como?

- Implementando:
 - Atividades articuladas entre a sala de aula e a biblioteca, com a orientação do documento estruturante Aprender com a biblioteca escolar (<https://www.rbe.mec.pt/np4/1904.html>), o apoio do sítio Aprender com a biblioteca escolar: Atividades e recursos (disponível a partir de setembro) e a plataforma MILD: Manual de Instruções em Literacia Digital (<https://mild.rbe.mec.pt/>), onde se disponibilizam múltiplas propostas de atividades, e ainda tutoriais no âmbito da informação e dos *media* a utilizar em contexto: <https://digital-rbe-c06.blogspot.com/>;
 - Propostas de trabalho a articular com as famílias, com apoio de exemplos disponíveis em <https://digital-rbe-c05.blogspot.com/>;
 - Propostas de trabalho, em autonomia ou articuladas com os docentes, na área da cidadania, a partir do sítio de apoio Cidadania e biblioteca escolar: pensar e intervir (<https://www.cidadania-rbe.pt/>) e de exemplos concretos de trabalho a distância (<https://digital-rbe-c03.blogspot.com/>).
- Disponibilizando:
 - Recursos inclusivos: <https://www.rbe.mec.pt/np4/2590.html>, de ferramentas inclusivas <https://digital-rbe-d01.blogspot.com/search/label/Inclus%C3%A3o>;
 - Recursos digitais atuais, relevantes e adaptados a cada tipo de público: <https://digital-rbe-c04.blogspot.com/>;
 - Ferramentas e módulos de formação sobre o uso das mesmas: <https://digital-rbe-d01.blogspot.com/>;
 - Ver mais: <https://www.rbe.mec.pt/np4/2590.html>.



5 | ESTRUTURAS E DINÂMICAS DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

5.1. Tutoria

O apoio tutorial específico visa, através de um acompanhamento próximo do aluno, promover a utilização de processos de autorregulação face às aprendizagens escolares, procurando melhorar o seu desempenho e competências pessoais, ou seja, fomentar o controlo de comportamentos, de forma intencional e consciente, no decorrer de situações de aprendizagem.

Para quem foi alargado o apoio tutorial específico?

Tendo em conta o impacto da pandemia na suspensão das atividades letivas, são excecionalmente abrangidos pelo apoio tutorial específico os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que não transitaram em 2019/2020.

Como?

- O modo de funcionamento das tutorias para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que não transitaram em 2019/2020 é definido pela escola;
- O acompanhamento dos alunos realizado pelo professor tutor deverá ser desenvolvido em estreita ligação com o respetivo conselho de turma;
- Na planificação e execução do apoio tutorial específico, deve o professor tutor integrar as atividades desenvolvidas pelos alunos igualmente abrangidos pelo programa de mentoria, como mentorandos;
- A monitorização e avaliação do trabalho realizado no âmbito das tutorias previstas na **Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020** é efetuada pelo conselho pedagógico, devendo, para esse efeito, cada professor tutor proceder à entrega de um relatório trimestral sobre as atividades desenvolvidas.



Professor tutor

Para além das iniciativas que possam ser definidas em cada escola, ao professor tutor compete:

- Reunir, nas horas atribuídas, com os alunos que acompanha;
- Acompanhar e apoiar o processo educativo de cada aluno do grupo tutorial;
- Facilitar a integração do aluno na turma e na escola;
- Apoiar o aluno no processo de aprendizagem, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
- Proporcionar ao aluno uma orientação educativa adequada a nível pessoal, escolar e profissional, de acordo com as aptidões, necessidades e interesses que manifeste;
- Promover um ambiente de aprendizagem que permita o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Envolver a família no processo educativo do aluno;
- Reunir com os docentes do conselho de turma para analisar as dificuldades e os planos de trabalho destes alunos.

Figura 25

Indicadores de boas práticas de apoio tutorial

- Articulação entre os professores tutores para elaboração de materiais de registo comuns, discussão de estratégias e preparação de atividades.
- Criação de um portefólio que permita aos alunos agregarem e organizarem o seu percurso de aprendizagem, permitindo ao tutor perceber mais claramente as dificuldades do aluno e, em conjunto com este, delinear um plano de estudo e acompanhamento mais personalizado e otimizado. Em contrapartida, é também importante que o tutorando dê um *feedback* regular ao tutor, de forma a que este possa perceber se as estratégias utilizadas são as que melhor funcionam com aquele aluno e melhor rentabilizar o tempo da tutoria.
- Apoio e reconhecimento da medida de apoio tutorial pelos docentes dos conselhos de turma.
- Criação de um procedimento que viabilize o atendimento individualizado, no âmbito das horas distribuídas.
- Existência de um mecanismo de *feedback* contínuo pelo conselho de turma/ou diretor de turma, em relação ao trabalho desenvolvido, nomeadamente nas alterações observadas em termos académicos e comportamentais.
- Criação, no horário dos docentes, de um tempo para articulação entre os professores e os professores tutores.

Figura 26



5.2. Mentoria

A mentoria entre pares visa promover as competências de relacionamento pessoal, interpessoal e acadêmico, procurando que os alunos adequem os seus comportamentos em contexto de cooperação, partilha e colaboração e que sejam capazes de interagir com tolerância, empatia e responsabilidade, tal como preceituado no documento *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

No contexto do Plano de Atuação para o ano de 2020/2021, o programa de mentoria pretende que o mentor acompanhe o mentorando no desenvolvimento das aprendizagens, no esclarecimento de dúvidas, na integração escolar, na preparação para os momentos de avaliação e em outras atividades conducentes à melhoria dos resultados escolares, individuais e de grupo.

1. O programa de mentoria deve ter definidos os seus objetivos, tendo em conta as várias atividades a serem desenvolvidas para a consecução da melhoria dos resultados escolares.
 - 1.1. Exemplo de atividades a desenvolver:
 - Responder a dúvidas;
 - Estudar em conjunto;
 - Rever trabalhos de casa;
 - Acompanhar o desenvolvimento das tarefas;
 - Orientar a participação na vida escolar;
 - Promover a integração no grupo de pares.
 2. Devem ser definidos o início e o fim do programa e previstos os tempos mínimos de interação entre mentor e mentorando; deve ser elaborado um calendário semanal prevendo momentos de interações formais e informais.
 3. O programa deve considerar como dimensões fundamentais:
 - a) A seleção dos participantes:
 - A escola define os critérios para a seleção de mentores e mentorandos;
 - É importante que os alunos mentores sejam organizados, comunicativos, flexíveis, pacientes e perseverantes. Devem manifestar motivação e interesse em participar no programa;
 - Os participantes devem ser informados acerca do programa no que diz respeito aos seus benefícios, objetivos, resultados esperados e possíveis desafios;
 - No processo de recrutamento dos mentores, é necessário verificar a disponibilidade temporal, de acordo com o tempo atribuído ao exercício da mentoria, bem como a existência de uma série de requisitos considerados indispensáveis para a realização das suas funções com responsabilidade e qualidade;



- Os encarregados de educação terão de dar a sua autorização para a participação do seu educando no programa;
 - A participação como aluno mentor é registada no certificado do aluno, podendo ser valorizada na sua classificação e/ou ser-lhe atribuído um Diploma com Menção de Cidadania.
- b) O acompanhamento aos mentores:**
- Deve ser fornecido acompanhamento com o objetivo de promover conhecimentos e competências para o desenvolvimento de uma relação adequada com os mentorandos;
 - Alguns dos temas a abordar no acompanhamento incluem os procedimentos e objetivos do programa, regras de funcionamento, deveres e papéis, bem como questões éticas.
- c) A compatibilização entre mentores e mentorandos:**
- As relações estabelecidas apresentam maior probabilidade de serem eficazes e de maior duração quando os elementos são associados de acordo com determinadas dimensões (ex.: interesses mútuos);
 - Podem também ser criados programas de mentoria sinérgica, em que dois alunos com bons desempenhos podem aumentar reciprocamente o seu potencial, ou seja, parte-se do pressuposto de que não existem problemas para resolver, mas sim um potencial para desenvolver e uma preparação para o futuro. (Esta pode ser uma subcategoria do programa de mentoria).
- d) Coordenação, monitorização e avaliação:**
- A coordenação e o acompanhamento do programa de mentoria devem ser efetuados pelo coordenador dos diretores de turma;
 - A monitorização e avaliação do trabalho realizado no âmbito do programa de mentoria é efetuado pelo conselho pedagógico, devendo, para esse efeito, recolher evidências do trabalho realizado.
- e) Finalização do programa:**
- É importante estabelecer procedimentos para lidar com as finalizações de uma forma consistente e cuidada. Neste sentido, pode realizar-se uma atividade ou evento em que mentor e mentorando possam participar e que represente o final do programa e da relação estabelecida, permitindo refletir acerca das experiências partilhadas e do seu impacto.
- 4. Cabe ao coordenador do programa de mentoria, em articulação com cada diretor de turma:**
- 4.1** fazer a divulgação do programa junto da comunidade escolar;
 - 4.2** recolher as inscrições dos alunos voluntários;

- 4.3 efetuar a seleção dos mentores;
- 4.4 promover a formação dos mentores;
- 4.5 proceder à planificação das atividades a desenvolver, bem como o acompanhamento da sua execução;
- 4.6 apoiar o aluno mentor no desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
- 4.7 promover a interligação com os diretores de turma e com o professor tutor, quando aplicável, informando-os das atividades desenvolvidas pelos alunos no âmbito do programa;
- 4.8 promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos mentorandos;
- 4.9 envolver a família do aluno na planificação e desenvolvimento do programa.

5.3. O papel da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Inclusão (EMAEI)

A EMAEI poderá ter um papel central na elaboração e aplicação do Plano de Atuação para a recuperação/consolidação das aprendizagens, fazendo, em articulação com os professores, o acompanhamento, nomeadamente das crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade, a qual foi muitas vezes agravada pela suspensão das atividades letivas presenciais.

Sendo a EMAEI uma estrutura que monitoriza todo o tipo de respostas às necessidades de apoio às aprendizagens, muito para lá das atividades relacionadas com a prestação de apoios especializados ou projetos específicos no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem, importa que detenha uma compreensão geral de medidas tais como:

- Monitorização do Apoio Tutorial Específico e Tutorias com caráter preventivo;
- Apoio no âmbito do Português Língua Não Materna;
- Gestão das medidas de apoio educativo nos diferentes ciclos e níveis de ensino;
- Apoio às ações estratégicas de ensino, de acordo com o planeamento curricular definido ao nível do departamento/grupo de recrutamento, com especial incidência na articulação interdisciplinar;
- Articulação constante com as equipas de Intervenção Precoce na Infância;
- Análise de situações de necessidade de apoio social específico e acompanhamento aos agregados familiares em maior situação de fragilidade e/ou risco;
- Coordenação das estratégias de E@D, particularmente junto dos agregados em desvantagem, garantido a alimentação e o acesso a bens essenciais, prevenindo situações de risco e, sempre que não for possível, operacionalizar uma resposta “digital”, garan-

tir o envio e receção de materiais de trabalho e desenvolvimento de aprendizagens (em articulação com as forças de segurança e poder local).

A EMAEI contribuirá para que o trabalho escolar proporcione aos alunos os meios e as condições necessárias à sua segurança, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

**EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À INCLUSÃO (EMAEI)
ORGANIZAÇÃO DE MEDIDAS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS
Ano Letivo 2020/2021**

1. Priorizar o reforço de aprendizagens e proporcionar aos alunos um apoio tão individualizado quanto possível, no sentido de trabalhar, compensatoriamente, as lacunas agravadas pelo período de interrupção das atividades presenciais. Assim, propõem-se as seguintes medidas:
 - 1.1 Trabalho em pequenos grupos, destinado a alunos com fragilidades nas aprendizagens, envolvendo um apoio multidisciplinar, considerando a criação de três tipos de grupos de reforço para cada período letivo:
 - a) Línguas – Português e Inglês
 - b) Ciências Sociais – História e Geografia
 - c) Ciências exatas – Matemática, FQ e Ciências

Propõem-se antecipar as temáticas a abordar nas aulas (ex.: preparar uma obra que será trabalhada na aula, esquematizar o próximo capítulo de matéria, etc.), pois a evidência científica mostra que a antecipação de conteúdos funciona enquanto apoio essencial/andaime para a aprendizagem, com forte impacto no aumento da participação dos alunos na atividade da sala de aula ou no reforço do seu autoconceito académico (entre outras variáveis), o que se refletirá no/na sucesso escolar/avaliação do aluno.

Estes grupos de trabalho dão prioridade aos alunos de grupos mais vulneráveis, criando ambientes de aprendizagem flexíveis, implementando estratégias de reforço à aprendizagem, clarificando as regras e os objetivos do projeto de trabalho a desenvolver ao longo do ano letivo com os alunos e as famílias.

2. Reforço de tutorias individuais (ou em pequenos grupos até 3 elementos), enquanto medida universal, preventiva, cobrindo os alunos que não se enquadram no Apoio Tutorial Específico (ATE), permitindo o reforço de competências pessoais e sociais.
3. Reforço e reorientação das atividades de Apoio Educativo no 1.º ciclo.
 - 3.1 Criação da figura de “codocente móvel”, ou seja, um elemento que possa ser coadjuvante numa determinada disciplina, em diferentes turmas, dando apoio numa ou noutra turma, consoante as necessidades dos grupos-turma e dos docentes, permitindo a criação de ‘grupos de nível’ – ou reforço junto de alunos com maiores lacunas, ou desenvolvimento de projetos paralelos junto de alunos mais autónomos e capazes.
 - 3.2 Criação do programa de voluntariado, nos diferentes ciclos de ensino, visando o apoio entre pares no que respeita ao programa de mentoria, tenham eles uma vertente de apoio escolar/académico (ex.: salas de estudo e apoio entre pares; programas de ‘apadrinhamento’), seja no âmbito social (ex.: distribuição de bens alimentares, produtos de higiene, roupas, ...).

Adaptado a partir de um exemplo de um Agrupamento de Escolas



6 | AVALIAÇÃO EXTERNA

Atendendo à situação de incerteza em que vivemos e à forma como, previsivelmente, irá decorrer o ano letivo de 2020/2021, torna-se necessário tomar, desde logo, medidas relativamente às provas de avaliação externa das aprendizagens do nosso sistema educativo, adaptando-as à diversidade de contextos de aprendizagem a que os alunos poderão vir a estar sujeitos, assegurando, dessa forma, as melhores condições de desempenho e de equidade na sua realização e classificação.

Assim, na análise conducente às soluções técnicas a implementar, deve ter-se em consideração que:

1. O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, preconiza a gestão do currículo de forma flexível por parte de cada estabelecimento de ensino, o que permite a definição das opções de desenvolvimento curricular, pedagógicas e didáticas a implementar no seu contexto;
2. As provas de avaliação externa devem ter como objeto de avaliação as competências desenvolvidas ao longo do percurso escolar, por referência ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e às Aprendizagens Essenciais.

No que diz respeito às Provas de Aferição, estas não irão sofrer alterações estruturais significativas, tendo em consideração os seus objetivos específicos, estando já orientadas para uma avaliação por competências expressas nos referidos documentos de orientação curricular. Estas provas, para além dos seus propósitos de devolução de informação às escolas, professores, alunos e encarregados de educação sobre as aprendizagens efetuadas pelos alunos, permitindo a tomada atempada de medidas de melhoria, terão também como propósito, no contexto atual, o levantamento de eventuais dificuldades específicas que possam ter advindo do modo e das condições em que cada escola pôde lidar com os efeitos da pandemia. À informação devolvida, até aqui, através do RIPA (Relatório Individual das Provas de Aferição) e do REPA (Relatório de Escola das Provas de Aferição), acresce informação adicional quanto ao nível de proficiência relativo às literacias em avaliação.

Nas Provas Finais de Ciclo do 9.º ano de escolaridade, serão avaliados, como é usual, as competências e conhecimentos estruturantes desenvolvidos e consolidados ao longo do percurso escolar dos alunos. Ao nível da devolução dos resultados, para além da habitual classificação quantitativa individual, é ainda devolvida às escolas informação global referente ao desempenho, por nível de proficiência, dos seus alunos nas competências e literacias em avaliação.

Quanto aos Exames Finais Nacionais a aplicar em 2021, cada prova integrará conjuntos de itens que incidem em competências e conhecimentos desenvolvidos e consolidados ao longo do percurso escolar, tendo em conta as circunstâncias particulares de desenvolvimento das aprendizagens em função da evolução da pandemia.



7 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., *Aprendizagens Essenciais para os Cursos Profissionais e os Cursos Artísticos Especializados*. Disponível em www.anqep.gov.pt
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., *Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)*. Disponível em <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/>
- *Compass – Manual de Educação para os Direitos Humanos com jovens* (2016). Dinamo – Associação de Dinamização Sócio-Cultural. Disponível em http://www.dinamo.pt/images/dinamo/publicacoes/compass_2016_pt.pdf
- Direção-Geral da Educação, *Apoio às Escolas 2019-2020*. Disponível em <https://apoioescolas.dge.mec.pt/>
- Direção-Geral da Educação, *Aprendizagens Essenciais (Ensinos Básico e Secundário)*. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>
- Direção-Geral da Educação, *Autonomia e Flexibilidade Curricular*. Disponível em <https://afc.dge.mec.pt/>
- Direção-Geral da Educação (s/d). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- Direção-Geral da Educação (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Disponível em https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Direção-Geral da Educação, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares & Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., *8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas*. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/roteiro_ead_vfinal.pdf
- Direção-Geral da Educação, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares & Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., *Princípios Orientadores para uma Avaliação Pedagógica em Ensino a Distância (E@D)*. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/roteiro_avaliacao_ensino_a_distancia.pdf
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/138461849>